



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Pedro Moraes Amaral de Queiroz

**A FORMAÇÃO DOS PRAÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PIAUÍ
ENTRE OS ANOS DE 1937 E 1942**

Teresina, PI
2025

Pedro Moraes Amaral de Queiroz

**A FORMAÇÃO DOS PRAÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PIAUÍ ENTRE OS
ANOS DE 1937 E 1942**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
História, da Universidade Estadual do Piauí/Campus
Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Clarice Helena Santiago
Lira.

Teresina, PI
2025

Q3f Queiroz, Pedro Moraes Amaral de.

A formação dos praças do exército brasileiro no Piauí entre os anos de 1937 e 1942 / Pedro Moraes Amaral de Queiroz. - 2025.
70f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em História,
Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira".

1. Exército Brasileiro. 2. Estado Novo. 3. 25º Batalhão de Caçadores. 4.
Instrução Militar. 5. Piauí. I. Lira, Clarice Helena Santiago . II. Título.

CDD 900

Pedro Moraes Amaral de Queiroz

**A FORMAÇÃO DOS PRAÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PIAUÍ ENTRE OS
ANOS DE 1937 E 1942.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
História, da Universidade Estadual do Piauí/Campus
Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em História.

Aprovada em: ____/____/____

Banca de Examinadora:

(Orientadora)

Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira.
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

(Membro)

Prof. Dr. Elton Larry Valério
Instituto Federal do Piauí - IFPI

(Membro)

Prof. Dr. José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

(Suplente)

Prof. Dr. Antônio Maureni Vaz Verçosa de Melo
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Teresina, PI
2025

Dedico este trabalho a Deus, pela força e sabedoria em cada etapa desta caminhada. Aos meus pais, que sempre acreditaram na importância da educação e me apoiaram em cada etapa desta jornada. Aos meus irmãos, pelo apoio e incentivo nos momentos mais desafiadores. E a todos os meus amigos, pela paciência e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me abençoou com a família que tenho e pelas companhias que colocou em minha vida ao longo desta caminhada, e que sempre esteve presente me guiando diante das adversidades, renovando minhas energias. Este trabalho pôde ser concluído diante da fé e da convicção de que o esforço sempre traz aprendizado. Cada obstáculo enfrentado se transformou em oportunidade de amadurecimento, e cada conquista foi fruto da dedicação e do apoio das pessoas que caminharam ao meu lado.

À minha família, pelo suporte, paciência e incentivos constantes, que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui, deixo minha mais sincera gratidão. Aos meus pais Elzitânia Macedo Amaral de Queiroz e Ednilson Moraes de Queiroz, pela oportunidade de estar aqui, pelas palavras de incentivo, conselhos, e confiança depositadas em minha caminhada. Aos meus irmãos Ednilson Moraes Amaral de Queiroz e Iva Lorena Amaral de Queiroz, pela presença constante, pelas palavras de apoio e pelo companheirismo em todos os momentos. Sem o apoio e a força de cada um de vocês, esta jornada teria sido muito mais difícil.

À minha orientadora, Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira, expresso minha mais profunda gratidão por sua orientação generosa, empatia e dedicação. Seu auxílio constante e suas observações precisas, as quais foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho e para minha formação acadêmica. Sou especialmente grato pelas oportunidades de ingressar no PIBIC e PIBEU que abriram caminhos para o meu crescimento intelectual e pessoal, assim como, assim como pelo suporte em todos os eventos dos quais tive o prazer de participar. Agradeço por ensinar não apenas a pesquisar, mas também a olhar o mundo com mais criticidade e profundidade, valores que levarei para além da vida acadêmica.

À Universidade Estadual do Piauí (UESPI), espaço que agregou muito além do aprendizado de novos saberes. Aqui, sonhos e conhecimentos se tornaram experiência viva, e cada etapa dessa trajetória contribuiu para minha formação intelectual e pessoal. Concluir o curso de História representa não apenas a realização de um objetivo acadêmico, mas também o cumprimento de um compromisso comigo mesmo.

Aos amigos da Universidade, que dividiram comigo não apenas o espaço da sala de aula, mas também as alegrias, as ansiedades e as longas conversas sobre a vida e o futuro. A convivência, o companheirismo e o apoio mútuo foram fundamentais para que esta jornada acadêmica se tornasse não apenas um processo de aprendizado, mas também uma experiência de amizade e crescimento humano.

Agradeço especialmente a Wanessa Estácio, Maria Luiza, Francisco Rafael, Carla Vaniele, Hellen Vytoria, Deusimar Batista, Sarah Emanuely, Francisca dos Santos, Yasmim Nascimento, Renan Valadares, João Diogenes, pelas conversas descontraídas, pelas risadas e por me lembrarem que a vida universitária é muito mais do que estudar: é feita de momentos de alegria, acolhimento e compartilhamento de experiências, e que devemos apreciar cada etapa desta trajetória.

Inclusive àqueles que, durante o trajeto, decidiram seguir novos caminhos e buscar novos objetivos, deixo meu sincero reconhecimento pela convivência e pelas contribuições ao meu crescimento acadêmico e pessoal. Estendo também meus agradecimentos aos estudantes de História de outros períodos e aos colegas de diferentes cursos do Campus Torquato Neto, cuja presença e partilha de experiências enriqueceram esta jornada e tornaram o percurso ainda mais significativo.

Aos professores do curso de Licenciatura Plena em História da UESPI, expresso minha sincera gratidão pelos ensinamentos e pelas provocações intelectuais que ampliaram minha visão e compreensão sobre os acontecimentos do mundo em que estamos inseridos, o qual marcado de contradições e permanentes transformações, onde o conhecimento histórico se revela essencial para compreender o presente e, sobretudo, projetar o futuro. Cada disciplina, cada discussão e cada leitura foram fundamentais para a construção do meu olhar crítico e para o amadurecimento da minha trajetória acadêmica. Ao professor Luís Carlos, pelas aulas descontraídas e cheias de conhecimento; ao professor Sérgio Brandim, pela presteza e resolutividade; ao professor Alcebíades Costa, pelo humor e reflexões instigantes sobre a História do Brasil; às professoras Viviane Pedrazani e Joseanne Marinho, pela paciência e empatia; às professoras Patrícia Sadaíke e Gizele Lima, cuja breve presença deixou marca significativa na turma; ao professor Maureni Vaz, pelo companheirismo e reflexões sobre a História do Piauí; à professora Ana Cristina, por ensinar que a História é um campo vasto e dinâmico, que nos ensina que a experiência humana é tecida a partir de uma complexa interação entre o que muda e o que permanece; e à professora Cristiana Costa, pela firmeza e autoridade.

Gostaria de expressar minha mais sincera gratidão à banca avaliadora pela disponibilidade, dedicação e atenção durante o processo de análise desta monografia. Reconheço o tempo e o esforço investidos na leitura e discussão do texto, e agradeço pela postura acolhedora e ao mesmo tempo rigorosa. A presença de cada um de vocês enriqueceu este trabalho, não apenas pela avaliação criteriosa, mas também pelas valiosas contribuições e reflexões apresentadas. As observações feitas servirão como inspiração para aprimorar minha trajetória de pesquisa e fortalecer meu compromisso com a produção científica.

Sou igualmente grato ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UESPI), pela oportunidade de experienciar a prática investigativa e a pesquisa, colaborando para meu amadurecimento acadêmico. Estendo também meu agradecimento ao Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU/UESPI), que ampliou minha compreensão sobre o papel social da História.

Aos funcionários e colaboradores da Universidade Estadual do Piauí, que lutam cotidianamente para proporcionar um ambiente acolhedor e de desenvolvimento e aprendizado do conhecimento. Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho e que estiveram presentes nesta trajetória com ações, palavras ou simples demonstrações de empatia.

RESUMO

Este trabalho analisa a formação dos praças do Exército Brasileiro no Piauí entre 1937 e 1942, no contexto de modernização institucional promovido pelo Estado Novo. A pesquisa tem como objetivo compreender como se estruturavam a instrução, a disciplina e a cultura cívico-patriótica no 25º Batalhão de Caçadores e de que forma essas práticas se articulavam às diretrizes nacionais do Exército Brasileiro. Para isso, foram examinados boletins regimentais, relatórios, legislação militar e bibliografia especializada. Os resultados demonstram que a formação dos praças estava alinhada ao projeto de profissionalização e centralização conduzido por Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, combinando treinamento técnico, disciplinamento rigoroso e promoção de valores patrióticos. No 25º BC, a instrução militar articulava atividades físicas, exercícios práticos e normas disciplinares rígidas, ao passo que rituais cívicos, desfiles, cerimônias e instruções de civismo contribuíam para a construção de uma identidade militar voltada à ordem e à nacionalização da juventude. A análise evidencia, contudo, tensões entre o discurso modernizador e as condições concretas do quartel, marcada por limitações materiais e desafios cotidianos que impactavam o processo formativo. Conclui-se que a formação dos praças piauienses expressava simultaneamente o projeto nacionalista do Estado Novo e suas adaptações locais, constituindo um espaço híbrido de disciplinamento, instrução e construção simbólica da cultura militar.

Palavras-chave: Exército Brasileiro; Estado Novo; 25º Batalhão de Caçadores; Instrução Militar; Piauí.

ABSTRACT

This study analyzes the training of enlisted men in the Brazilian Army in Piauí between 1937 and 1942, within the context of institutional modernization promoted by the Estado Novo (New State). The research aims to understand how instruction, discipline, and civic-patriotic culture were structured in the 25th Rifle Battalion and how these practices aligned with the national guidelines of the Brazilian Army. To this end, regimental bulletins, reports, military legislation, and specialized bibliography were examined. The results demonstrate that the training of enlisted men was aligned with the professionalization and centralization project led by Góes Monteiro and Eurico Gaspar Dutra, combining technical training, rigorous discipline, and the promotion of patriotic values. In the 25th Rifle Battalion, military instruction combined physical activities, practical exercises, and strict disciplinary norms, while civic rituals, parades, ceremonies, and civic instruction contributed to the construction of a military identity focused on order and the nationalization of youth. The analysis, however, reveals tensions between the modernizing discourse and the concrete conditions of the barracks, marked by material limitations and daily challenges that impacted the training process. It concludes that the training of soldiers from Piauí simultaneously expressed the nationalist project of the Estado Novo (New State) and its local adaptations, constituting a hybrid space of discipline, instruction, and symbolic construction of military culture.

Keywords: Brazilian Army; Estado Novo; 25° Hunters Battalion; Military Instruction; Piauí.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BC – Batalhão de Caçadores

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EME – Estado Maior do Exército

RAE – Regulamento de Administração do Exército

RCont – Regulamento de Continência

RDE – Regulamento Disciplinar do Exército

RISG – Regulamento Interno e dos Serviços Gerais

TG – Tiro de Guerra

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil do Soldado Piauiense dos anos de 1938 e 1942.....	50
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	“UM NOVO ESPÍRITO MILITAR” NO EXÉRCITO BRASILEIRO DOS ANOS DE 1930 A 1942.....	21
2.1	UM EXÉRCITO “PROFISSIONAL” E SEU PAPEL SOCIAL.....	26
2.2	A FORMAÇÃO DOS PRAÇAS NO ESTADO NOVO: SERVIÇO MILITAR, DISCIPLINA E CULTURA CÍVICO-PATRIÓTICA.....	38
3	A FORMAÇÃO DO PRAÇA PIAUIENSE ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA.....	47
3.1	O PRAÇA PIAUIENSE A SERVIÇO DA NAÇÃO BRASILEIRA.....	50
3.2	A CULTURA MILITAR NO 25º BC.....	56
4	CONCLUSÃO.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Perante a experiência vivenciada ao ingressar como bolsista voluntário no projeto PIBIC “Organização das Fontes Documentais Levantadas no Acervo do 25º Batalhão de Caçadores Durante Pesquisa Sobre o Serviço Militar no Piauí entre os anos de 1930 e 1942”, coordenado pela Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), têm-se o meu primeiro contato com a História Militar. O projeto desenvolvido tinha o intuito de organizar parte do acervo documental levantado pela Profa. Dra. no arquivo do 25º Batalhão de Caçadores, que teve como fundamento o desenvolvimento de sua pesquisa de doutorado, já concluída, sobre o serviço militar obrigatório no Piauí, entre os anos de 1908 e 1928.¹

O material reunido e digitalizado é constituído pelos boletins regimentais/internos² referentes aos anos de 1918, ano de implantação do atual 25 Batalhão de Caçadores, até os anos de 1942, período que antecede a mobilização para a Segunda Guerra, diante da grande quantidade de material digitalizado foi desenvolvido dois projetos PIBIC, um destinado a organização dos boletins de 1918 a 1930, conduzido pela discente Grazielle Borges, e outro, conduzido por mim, com a finalidade de organizar os boletins produzidos entre os anos de 1930 e 1942³. A primeira etapa do projeto voltou-se para a realização de leituras e discussão de textos que permitissem um melhor conhecimento e manejo do material levantado, analisou-se textos que tratavam das relações entre memória e história, da pesquisa em história, do documento/fonte histórica, organização de arquivos e acervo digital.

A segunda etapa seria o momento de conversão das fontes para o formato PDF e a organização do corpus documental por meio de referências. Ao analisar o conteúdo contido na

¹ A pesquisa realizada pela Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira no 25º Batalhão de Caçadores deu-se como uma das etapas de operacionalização do projeto de sua tese **“O EXÉRCITO E A NAÇÃO: o serviço militar obrigatório no Piauí e a formação de cidadãos pátrios entre os anos de 1908 e 1942”**. Essa proposta de tese sofreu mudanças posteriores em relação ao seu recorte temporal, mas o acervo de boletins produzidos nos anos de 1918 a 1942 foi todo digitalizado pela pesquisadora. Para mais informações sobre a tese, ver: LIRA, Clarice Helena Santiago. **“O exército moderno é a nação armada”**: o serviço militar obrigatório no Piauí e a fabricação de cidadãos soldados entre os anos de 1908 e 1928. 2023. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2023.

² Os boletins regimentais/internos são documentos diários produzidos pelas unidades militares. Dessa forma, neles são informados o dia a dia do quartel, o ingresso de soldados, as baixas, as prisões por indisciplina, as comemorações, os serviços diários, entre outros. In: LIRA, Clarice Helena Santiago; QUEIROZ, Pedro Moraes Amaral de Queiroz. Os boletins regimentais e internos do 25º Batalhão de Caçadores (1918-1942): acervo digital e possibilidades de pesquisa. In: MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa; SILVA, Márcio Douglas de C; OLIVINDO, Sérgio P. de (orgs). **História, sujeitos e narrativas no Piauí Monárquico e Republicano**. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2025. [e-book. PDF]. p. 204-223.

³ QUEIROZ, Pedro Moraes Amaral de. LIRA, Clarice Helena Santiago. **Organização das fontes documentais levantadas no acervo do 25º Batalhão de Caçadores durante pesquisa sobre o serviço militar no Piauí entre os anos de 1930 e 1942**. Projeto de Pesquisa [História]- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UESPI Voluntário), 2023-2024.

documentação, no recorte de 30 a 42, minha atenção se voltou para o relatos que informavam sobre o processo de ingresso dos recrutas, as prisões e as descrições do treinamento, alguns questionamentos foram levantados: o que era exigido para o ingresso no exército brasileiro?, o que era ensinado aos recrutas?, como era aplicada a disciplina nos quartéis?, o que os regulamentos destacavam sobre as punições e se era aplicado corretamente?, o que era avaliado para determinar as promoções?

Ressalta-se que a última etapa não foi desenvolvida como o planejado, dado o grande número de boletins a serem organizados e a deficitária assistência financeira e estrutura fornecida pela Universidade na realização dos trabalhos. No entanto, considera-se que com a continuidade do projeto por meio do seu cadastramento, já realizado na PROP, permitirá que a segunda etapa, planejada para o referido projeto PIBIC-voluntário seja concluída, nesse novo momento, a contento. Através desta experiência e sobre orientação da Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira, o interesse sobre o campo da História Militar foi instigado.

No contexto da graduação em História, momento em que se exige a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e considerando a experiência adquirida no Projeto PIBIC, surgiu o interesse em investigar a formação dos praças do Exército Brasileiro no estado do Piauí, entre os anos de 1937 e 1942. No Brasil os estudos e pesquisas sobre os militares não se constitui algo recente, a História Militar no Brasil pode ser descrita por três momentos, primeiramente com seu surgimento por volta de 1890, onde se destaca uma produção, na maioria das vezes, de historiadores militares, englobava análises baseadas em documentos com o objetivo de descrever as instituições, guerras, campanhas, batalhas etc., seu apogeu é atingido na primeira metade do século XX, onde se concretiza o segundo momento, o qual marcado pela expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão, também tem-se uma intensificação do envolvimento militar na política, este momento é marcado por estudos sobre a relação entre as Forças Armadas e a sociedade, com destaque para sua atuação na política.

Salienta-se que durante o Regime Militar o espaço acadêmico foi desencorajado a discutir as Forças Armadas, os poucos estudos realizados nessa área se voltaram para a pesquisa do envolvimento militar na política, desconsiderando outras análises sobre a instituição⁴. O terceiro momento da História Militar no Brasil é marcado por seu crescimento a partir de meados da década de 1990, proporcionado possivelmente pelo distanciamento do período ditatorial (1964-1985) e a possibilidade de acesso a novas fontes documentais, como também pela expansão das pós-graduações nas universidades brasileiras, o que possibilitou a produção

⁴ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY. Da história militar à “nova” história militar. In: **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 14

de dissertações, teses e eventos acadêmicos com temáticas relacionadas a área em questão. Destaca-se neste momento variados temas voltados para aspectos sociais, culturais, institucionais e políticos.⁵

A formação dos praças no Exército Brasileiro durante a Era Vargas permanece como um campo pouco explorado na historiografia militar brasileira, tradicionalmente dedicada à análise das elites do oficialato, das grandes campanhas ou dos processos institucionais de reforma. No entanto, os soldados constituíam a base numérica e funcional da instituição, sendo eles quem vivenciavam cotidianamente as rotinas de instrução, disciplina, vigilância e sociabilidade que sustentavam o projeto militar varguista. Diante disso, este trabalho parte da seguinte questão central: como se estruturou o processo de formação dos praças do 25º Batalhão de Caçadores, no Piauí, entre 1937 e 1942, e de que maneira ele contribuiu com o projeto nacional de modernização do Exército durante o Estado Novo?

Conforme Huntington, a separação entre oficial e praça não é apenas hierárquica, mas estrutural, funcional e ética. A especialização da oficialidade, como elemento dirigente da estrutura militar, teria como responsabilidade a segurança da sociedade ao administrar a utilização da violência, somente ao ser aprovado pela autoridade do Estado. A subordinação entre os postos não seria somente caracterizada pela estrutura militar, se acrescenta a vocação, a formação, responsabilidades e as formas de engajamento, o autor afirma:

Os conscritos subordinam-se à oficialidade como uma parte da burocracia organizacional, mas não da burocracia profissional. Eles não detêm nem as qualificações intelectuais nem a responsabilidade profissional do oficial. São especialistas na aplicação da violência, não na administração da violência. A vocação deles é um ofício, não uma profissão. (...) ⁶

O oficial moderno seria, assim, caracterizado como um profissional, com obrigações próprias, formação especializada e responsabilidade perante o Estado, o praça, em contraste, se voltaria para a realização de funções operacionais de caráter técnico ou de execução, com menor grau de autonomia e complexidade.

O profissionalismo do quadro de oficiais e o serviço militar obrigatório dos praças passariam a caracterizar os exércitos europeus modernos a partir do século XIX, a vanguarda militar desse processo seriam a Alemanha e a França, resultado das experiências da Guerra

⁵ Castro; Izecksohn; Kraay, 2004, p. 24-33.

⁶ HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016. p. 37

Franco-Prussiana (1879-1880), ambos os países europeus passaram a disputar a hegemonia militar por meio da exportação de seus modelos de doutrina sobre outras nações. Os dois países, notórias potências industriais, almejavam exercer a influência nos exércitos latino-americanos, desde o comércio de material de emprego militar até a participação de militares como membros de uma missão estrangeira de instrução.⁷

A presente pesquisa adota a distinção entre praças e oficiais conforme estabelecido no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) de 1929, especificamente no capítulo III do trecho “Prescrições diversas”. Segundo o regulamento, o Exército Brasileiro é organizado em círculos hierárquicos, os quais definem os agrupamentos funcionais e sociais dentro da corporação. São eles: o círculo dos oficiais-generais, o círculo dos oficiais superiores, o círculo dos oficiais subalternos (capitães e tenentes), o círculo dos sargentos e o círculo dos cabos e soldados. Em parágrafo único é destacado que os aspirantes a oficial integram o círculo dos oficiais, no RISG de 1939 é acrescentado no círculo dos praças a patente de subtenente. Dessa forma, para fins desta pesquisa, será considerada como praça a categoria composta pelos subtenentes, sargentos, cabos e soldados, enquanto os oficiais englobam os oficiais-generais, superiores e subalternos.

Desde o RISG de 1929 até o de 1940 (Decreto nº 6.031, de 26 de julho de 1940), os círculos hierárquicos permaneceram como base da convivência disciplinar e da organização social interna do Exército, durante este período a divisão clássica em cinco círculos foi mantida. A análise do RISG mostra que os círculos hierárquicos funcionaram como instrumentos de controle social e disciplinar, mas também como marcadores de acesso desigual à formação, à autoridade e à mobilidade dentro da instituição. A manutenção da estrutura formal escondeu, em parte, as transformações práticas que a conjuntura política e militar impôs ao Exército.

A pesquisa, dessa forma, analisou as mudanças realizadas no Exército entre 1937 e 1942, os quais são, em boa parte, desdobramentos do processo de modernização das primeiras décadas do século XX, momento em que a instituição passa por uma reorganização com a intensão de modernizar-se de acordo com as forças militares de grandes nações como França e Alemanha e de afastar-se da imagem do exército imperial, que era formado sobretudo por voluntários que viam no serviço militar um meio de sobrevivência e homens pegos à força, principalmente aqueles considerados desonrados socialmente. Reformadores militares e civis

⁷ GUERRA, João Paulo Diniz. **100 anos da missão militar francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira**. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. p. 14-15.

desejavam um exército que fosse formado por cidadãos que ingressassem no serviço militar por amor à Pátria.⁸

Para que o projeto de novo exército fosse efetivado mudou-se doutrinas e regimentos militares, promulgou-se novas leis, inclusive a lei do serviço militar obrigatório, construiu-se novos quartéis de acordo com uma arquitetura que contribuiu para a formação de bons soldados e o Exército se fez mais presente em todo o território nacional. No entanto, pode-se afirmar que até o final da década de 1920, o Exército não havia atingido boa parte da modernização desejada. O andamento dos serviços no quartel do 25º Batalhão de Caçadores, situado em Teresina, exemplifica essa dissonância entre o desejo de modernização e as dificuldades que inviabilizavam a sua concretude.⁹

A modernização militar brasileira, intensificada a partir da década de 1930, não se limitou à reorganização administrativa ou ao aprimoramento técnico. Como apontam Carvalho¹⁰, McCann¹¹ e Lenharo¹², tratou-se de um processo de redefinição institucional que buscava transformar o Exército em ator político e social central na construção do Estado nacional.

Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma estratégia metodológica fundamentada no diálogo entre análise qualitativa documental e interpretação crítica da historiografia militar. O ponto de partida foi o trabalho realizado no âmbito do PIBIC, no qual foram organizados e catalogados os boletins regimentais do 25º Batalhão de Caçadores, produzidos entre 1930 e 1942¹³. Esse acervo, antes disperso, passou por um processo de sistematização, digitalização e classificação temática que permitiu identificar os documentos relevantes ao recorte temporal definido.

Os boletins regimentais constituíram a principal fonte da pesquisa. Tais boletins registram ordens do dia, instruções, punições, promoções, atestados médicos, movimentação de pessoal, escala de serviços e determinações administrativas. A análise sistemática desses documentos possibilitou reconstruir práticas cotidianas relacionadas ao serviço militar, desde o momento do alistamento e seleção dos recrutas até sua formação disciplinar, de instrução e participação em rituais cívicos.

⁸ Castro, 2012; Izecksohn, 2013.

⁹ Lira, 2023.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

¹¹ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889–1937**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹² LENHARO, Alcir. **Sacralização da política: o “Varguismo” e a Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 1986.

¹³ QUEIROZ; LIRA, 2023-2024.

Além dos boletins, foram mobilizadas fontes normativas como o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), decretos sobre o serviço militar e legislações referentes à organização do Exército na década de 1930. Essa documentação permitiu confrontar a prática cotidiana do quartel com as prescrições oficiais do alto comando militar.

A interpretação das fontes foi orientada por uma bibliografia especializada que abrange diferentes dimensões do tema. Para compreender a modernização do Exército Brasileiro, foram mobilizados autores como Carvalho, McCann, Bento e Castro; para analisar o Estado Novo e o projeto varguista, destacam-se Lenharo, Ferreira & Delgado e Beattie; no campo da cultura militar, disciplina e nacionalização, foram fundamentais as contribuições de Foucault, Hobsbawm & Ranger; e, por fim, os estudos sobre praças e cotidiano militar no Brasil forneceram subsídios para a análise da experiência concreta dos soldados, entre eles, Lira, McCann e Beattie.

A abordagem adotada integrou elementos da história institucional, da história social do militar e da história política, de modo a articular as diretrizes nacionais com sua materialização no espaço local. O método consistiu em identificar padrões, recorrências, tensões e contradições presentes nos documentos, buscando evidenciar como se produzia a formação do soldado no interior do 25º Batalhão de Caçadores.

O presente trabalho está estruturado em dois capítulos, além da introdução, conclusão e referências. O primeiro capítulo, titulado “‘Um novo espírito militar’ no Exército Brasileiro dos anos de 1930 a 1942”, analisa o processo de modernização institucional das Forças Armadas durante a Era Vargas. Discute-se a reestruturação do Estado após 1930, a centralização administrativa, o fortalecimento do poder militar, o papel de figuras como Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, além da criação de novos regulamentos, leis e doutrinas que visavam profissionalizar o Exército. Também discute como o processo de modernização repercutiu na formação dos soldados. Analisa-se o serviço militar obrigatório, a reorganização da instrução dos praças e as transformações nas práticas de instrução.

O segundo capítulo, titulado “A formação do praça piauiense entre o discurso e a prática”, examina a experiência vivenciada pelos praças no 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina, utilizando boletins regimentais/internos produzidos pela própria unidade. O capítulo analisa o perfil social dos conscritos, suas condições de ingresso, sua instrução e suas punições; observa práticas disciplinadoras, rotinas diárias e formas de sociabilidade internas ao quartel. Discute, ainda, como as diretrizes nacionais foram reinterpretadas no espaço local, evidenciando a coexistência entre o discurso oficial de modernização e as limitações materiais,

estruturais e administrativas do 25º BC. Assim, mostra-se como a formação dos praças piauienses expressou tanto as expectativas do Estado Novo quanto as adaptações impostas pela realidade regional.

2 “UM NOVO ESPÍRITO MILITAR” NO EXÉRCITO BRASILEIRO DOS ANOS DE 1930 A 1942

Segundo McCann, na “década de 1930 a reconstrução do Estado aconteceu paralelamente à do Exército, e em 1940 ambos eram diferentes do que haviam sido uma década antes”¹⁴. Essa observação sintetiza a profundidade das transformações institucionais ocorridas no período denominado Era Vargas, que possui como marco inicial a Revolução de 1930, movimento que levou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, com o apoio de forças heterogêneas reunidas na Aliança Liberal: oligarcas dissidentes, militares tenentistas e intelectuais reformistas. As medidas gradualmente adotadas durante os quinze anos de controle da política nacional por Vargas representaram uma ruptura com a lógica política da Primeira República, a qual era caracterizada pela descentralização e pelo domínio das oligarquias regionais.

O ciclo Vargas será marcado por uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que se promoveram avanços sociais e a modernização econômica, também se restringiram as liberdades democráticas.¹⁵ Nesse contexto, será aplicado um projeto varguista de reordenamento social, sustentado pela centralização do poder e pela intensificação das políticas estatais, o qual ancorado em uma aliança com as instituições militares, característica que definiria a Era Vargas. Os militares, viam em Vargas a figura capaz de concretizar antigas demandas tenentistas, como a centralização administrativa, a moralização da vida pública e a modernização das Forças Armadas, e de proporcionar estabilidade política em um contexto de crise.

Conforme Lenharo, a necessidade de uma figura cativante, como Vargas, na sociedade brasileira dos anos 1930, resultaria da ausência no meio social dos elementos necessários para ela se constituir como agente transformador da ordem social vigente, o que inviabilizava a mobilização das massas como mecanismo para a concretização de ações modernizadoras. Lenharo destaca:

A visão de um Estado que cumpre necessárias tarefas para uma sociedade ainda incapaz de efetivá-las - ator principal que encampa o conjunto do espaço social - vem ao encontro da auto-imagem propagada pelo Estado Novo,

¹⁴ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889–1937. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 11-12.

¹⁵ PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 9-11.

anunciadora da construção de uma identidade societária e da auto-proclamação de ser agente capaz de intervir no fluxo histórico e estancar as tensões da luta de classes.¹⁶

Nesse cenário, Vargas apresentou o Estado como protagonista das reformas, investindo-o de autoridade para atuar como agente racionalizador e integrador. Essa forma de liderança, articulada com o apoio militar, permitiu que o governo implementasse mudanças profundas sem recorrer à mobilização popular direta, consolidando um modelo de modernização “pelo alto”. Por meio de mudanças significativas na estrutura político-institucional, Vargas objetivava enfraquecer as tradicionais oligarquias regionais e fortalecer o poder do Estado através de medidas centralizadoras ao decorrer da década de 30¹⁷. Para Melo: “(...) o projeto varguista desde o início, em 1930 e principalmente a partir 1937, tinha em seu discurso uma oração de “unidade nacional”, como vital para o desenvolvimento do país, mas que o contexto antecedente comprometia.”¹⁸

Desta forma a partir de 1930, o Estado brasileiro deixaria de ser uma figura distante da população ao intensificar e diversificar sua atuação na sociedade. A ampliação das políticas públicas, especialmente nos campos trabalhista, educacional e de infraestrutura, inaugurou um ciclo de aproximação entre Estado e sociedade, ao mesmo tempo em que reforçava o poder central. Esse novo cenário, também será constituído por um projeto de fortalecimento do Exército, que ocorreu em paralelo à do Estado, caracterizado por uma nova fase no processo de modernização institucional, recebendo investimentos, reorganizando sua estrutura interna e adquirindo maior relevância política. Assim, em 1940, tanto o Estado quanto o Exército já se apresentavam como instituições profundamente transformadas em relação ao que haviam sido uma década antes.

Após a Revolução de 1930, a aliança entre Vargas e, inicialmente, uma pequena força dissidente das Forças Armadas, se expande e consolida-se, tornando-se um dos pilares da sustentação do novo governo. “Ao chegar ao governo em 1930 no vácuo de poder aberto pela crise oligárquica, Vargas incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político. Mais ainda: fez delas um dos pilares de sua sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas.”¹⁹. A

¹⁶ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**: o “Varguismo” e a Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1986. p. 20.

¹⁷ PANDOLFI, op. cit., p. 25.

¹⁸ MELO, Antonio Mauren Vaz Verçosa de. **Compartilhando ideias e tecendo o poder**: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930–1945). 2021. 423 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021. p. 19.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. ed. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 102.

relação entre Vargas e as Forças Armadas, no pós-revolução, passaria então a ser marcada por uma convergência de interesses: enquanto o governo buscava consolidar o poder federal e construir uma identidade nacional unificada, o Exército vislumbrava, nesse processo, a oportunidade de se fortalecer institucionalmente e consolidar sua autoridade sobre a segurança interna e a doutrina militar nacional.²⁰

O papel modernizador do Estado brasileiro, praticado durante o Governo Provisório (1930-1934), o Período Constitucional (1934-1937) e exercido extensivamente durante o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), foi desenvolvido através de alianças e aproveitamento de conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade. A criação de novos ministérios, a reforma da educação, a reconfiguração das forças policiais e o fortalecimento do Exército como instituição nacional foram medidas vistas como fundamentais para romper com o poder oligárquico regional.

As primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório foram marcadamente intervencionistas e centralizadoras. Nesse contexto, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, nomeou interventores federais nos estados em substituição aos governadores eleitos e passou a governar por meio de decretos.²¹ A aliança de Vargas com alguns intelectuais no movimento revolucionário de 30, proporciona o debate e a inserção de novas ideias para solucionar os males da nação: “possibilitou a abertura de espaço para o debate de projetos políticos diversos. O contexto revolucionário permitiu que intelectuais apresentassem propostas capazes de se traduzirem em ação governamental.”²²

Consequentemente a heterogeneidade de grupos que se uniram para o movimento, resultou em disputas internas em torno das medidas necessárias para dismantelar os alicerces que constituíam a “República Velha”. À medida que o Governo Provisório de Getúlio Vargas implementava medidas intervencionistas e centralizadoras, crescia a insatisfação entre os setores oligárquicos, inclusive entre os chamados “oligarcas dissidentes”²³.

De acordo com Beattie, a crescente resistência do setor civil paulista culminaria na Revolução Constitucionalista de 1932, o autor evidencia que os, “rebeldes paulistas esperavam capitalizar o ressentimento de setores significantes no corpo de oficiais do Exército e entre os

²⁰ Carvalho, 2006.

²¹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Brasil Republicano, v. 2). p. 16.

²² OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimentá; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 15.

²³ FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 21.

coronéis para derrubar o regime de Vargas”²⁴. Por outro lado, Carvalho destaca que a participação das Forças Armadas na revolução de 30, com destaque para o Exército, apesar de ter instalado a instituição no centro do poder nacional de forma mais decisiva que no início da República, teve como consequência o enfraquecimento da instituição em termos de sua coesão identitária e da capacidade operacional. Carvalho pontua:

O Exército que emergiu da revolução era uma organização fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente quase caótico que se seguiu. A divisão interna era agravada pelo conflito externo, que vinha de longa data, entre militares e lideranças civis, sobretudo as dos grandes estados. A rivalidade tinha sido esquecida durante a luta, mas ressurgiu logo depois. (...) ²⁵

Esse cenário seria agravado pelas medidas adotadas após a Revolução de 30, que instauraram um período de anormalidade na vida interna dos quartéis. Em caráter emergencial, foi estabelecida uma nova legislação de promoções com o objetivo de reintegrar e valorizar os militares que haviam apoiado o movimento. O Decreto nº 19.610²⁶, de 20 de janeiro de 1931, dispensava temporariamente o Curso de Aperfeiçoamento como requisito para promoção por merecimento, o que gerou insatisfação entre os oficiais que haviam se mantido neutros durante a revolução.²⁷

Essa insatisfação entre os militares, foi instrumentalizada pelos paulistas revoltosos para a deflagração da Revolução Constitucionalista de 1932. Embora derrotado, a revolta impôs a Vargas a necessidade de avançar no processo de institucionalização do regime, culminando na promulgação da Constituição de 1934²⁸. O movimento de repressão à Revolução de 1932, evidenciou ao governo que a manutenção do poder exigia um Exército forte e centralizado, o que levou ao enfraquecimento das brigadas estaduais e ao estímulo à reorganização, rearmamento e ampliação do efetivo das Forças Armadas.

O Período Constitucional mostrou-se ainda mais frágil diante da polarização ideológica, de um lado, a Ação Integralista Brasileira (AIB) defendia um projeto autoritário de inspiração

²⁴ BEATTIE, op. cit., p. 358.

²⁵ Ibid., p. 63.

²⁶ O art. 2 determinava a dispensa temporária dos requisitos para promoção exigidos pelos art. 8º da lei n. 5.168, de 13 de janeiro de 1927, o qual determinava que os candidatos transferidos para a arma de Aviação serviriam em caráter provisório e continuariam a pertencer as suas unidades de origem, nas quais concorreriam as futuras promoções, somente mediante a satisfação das condições de aquisição do respectivo diploma, e o art. 6º do decreto legislativo n. 5.632, de 31 de dezembro de 1928, que determina a promoção por merecimento em qualquer arma ou serviço, requisitando indispensavelmente o respectivo curso de aperfeiçoamento.

²⁷ Carvalho, 2006.

²⁸ Ferreira; Delgado, 2003.

fascista; de outro, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) reunia comunistas e setores progressistas. Esse contexto será marcado, conforme observa Beattie, por episódios que reforçariam a legitimidade do endurecimento do regime: “Uma tentativa de golpe pelos comunistas brasileiros em 1935 e um complô fascista em 1938 ajudaram a justificar e consolidar a tomada de poderes ditatórias por Vargas.”²⁹

Assim a instabilidade do regime constitucional resultou no golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo. Esse momento também representará a maior convergência entre Vargas e os setores militares que defendiam autoritarismo, unidade nacional e planejamento econômico. O regime concentrou poderes no Executivo, restringiu o sistema partidário e impôs uma lógica de ordem e controle similares a regimes autoritários. Para Lenharo, o projeto de nação elaborado e propagado após 1937 apresentava o Estado como sujeito histórico por excelência, investido da missão de tutelar a sociedade e compensar a ausência de forças sociais maduras capazes de conduzir o país.³⁰

Nessa perspectiva, a luta de classes seria sistematicamente negada, e substituída pela retórica da colaboração entre trabalhadores e empresários no interior de um corpo social indivisível. A política corporativista, inspirada em modelos fascistas europeus, reforçava esse ideal de cooperação orgânica, ao mesmo tempo em que submetia sindicatos e trabalhadores ao controle direto do Estado. O corpo do trabalhador seria militarizado e convertido em oferta simbólica à pátria, em uma lógica que associava disciplina produtiva, sacrifício e devoção religiosa. O culto ao trabalho, ancorado na Consolidação das Leis do Trabalho e nas campanhas de propaganda, apresentava-se como instrumento de integração nacional e de modernização econômica, mas também como mecanismo de contenção e domesticação política da classe operária.³¹

Segundo Ferreira e Delgado, esse período pode ser caracterizado como o do “nacional-estatismo”: um modelo de organização política e econômica baseado no fortalecimento do Estado central, na intervenção econômica e na criação de instrumentos de integração social e cultural. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi central nessa estratégia, utilizando rádio, cinema, artes e rituais cívicos para difundir valores nacionalistas e consolidar a imagem de Vargas como líder providencial.³² Ao lado disso, o fortalecimento das Forças Armadas representou não apenas a garantia da ordem, mas também a profissionalização de um

²⁹ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)**. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 359.

³⁰ Lenharo, 1986.

³¹ Lenharo, 1986.

³² Ferreira; Delgado, 2003.

ator político central, que se converteu em aliado fundamental do governo na tarefa de consolidar a centralização e modernização do país.

Segundo Carvalho, após a experiência de 32, o objetivo de Vargas, em relação aos militares, seria construir um corpo de tropa profissional, disciplinado e leal ao projeto nacional varguista: “Depois da experiência de 1932, reestruturar as Forças Armadas e fazer delas um ator político significativo passou a ser uma das preocupações centrais de Vargas”³³. As medidas de modernização no Exército seriam intensificadas, o que resultaria, de acordo com Bento, em um efetivo dobrado para cerca de 100 mil homens.³⁴

O aumento no efetivo foi essencial para dar suporte às 50 novas unidades militares: 13 unidades de fronteira; Unidades-escola na Vila Militar do Rio de Janeiro; Unidades motomecanizadas e antiaéreas; Regimentos de artilharia e novas escolas; Estruturas de logística e indústria bélica. Também seriam criados novos marcos legais e regulamentos para organizar esse crescimento: Leis do Serviço Militar, Promoções, Inatividade, Organização do Exército e do Ministério da Guerra; RDE (Regulamento Disciplinar do Exército); RISG (Regulamento de Serviços Gerais); RCont (Regulamento de Continência) e RAE (Regulamento de Administração do Exército).³⁵

No contexto pós-1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Intentona Comunista de 1935 desempenharam papel decisivo na consolidação do poder de Getúlio Vargas e na reconfiguração das Forças Armadas como instrumento de controle político. Ambos os episódios, embora derrotados militarmente, serviram como justificativa para o endurecimento do regime, para a intensificação dos mecanismos de controle político e para a realização de expurgos dentro das Forças Armadas. Dessa forma, Vargas consolidava um núcleo militar alinhado ao seu projeto de poder, ao mesmo tempo em que reforçava a imagem de que o Exército deveria ser guardião da ordem e da unidade nacional.³⁶

2.1. UM EXÉRCITO “PROFISSIONAL” E SEU PAPEL SOCIAL

Nesse contexto de reorganização da década de 30, destacam-se duas figuras centrais: o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro e o General Eurico Gaspar Dutra. O primeiro, reconhecido como formulador da doutrina militar brasileira no período, foi responsável por

³³ FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 26.

³⁴ BENTO, Cláudio Moreira. **Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do Exército (1930–1945)**. ADN – Academia de Defesa Nacional, 2º quadrimestre de 2005. p. 52.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Carvalho, 2006.

sistematizar um pensamento estratégico voltado à modernização e nacionalização das Forças Armadas. O segundo, disciplinado executor dessa política, garantiu a eficácia administrativa e a implementação das reformas necessárias. De acordo com José Murilo de Carvalho, a atuação conjunta desses generais consolidou a presença militar no centro do poder político, favorecendo a estabilidade do regime varguista³⁷. O autor afirma ainda que:

A predominância de Góes e Dutra fica transparente no fato de que o primeiro foi ministro duas vezes (1934-35, 1945-46) e chefiou o EME por mais de seis anos (julho de 1937 a dezembro de 1943), na segunda mais longa gestão da história do órgão até hoje. Outra, por sua vez, foi ministro da Guerra pelo tempo recorde de oito anos. Ambos foram ainda presidentes do Clube Militar, tradicional foco de manifestação de descontentamento do oficialato. O domínio dos dois oficiais não significava a eliminação total dos atritos entre generais, mas os reduzia substancialmente.³⁸

Nesse sentido, em concordância com Carvalho, observa-se que a reforma da organização foi sendo realizada de forma sistemática sob as bênçãos de Getúlio Vargas, que tinha interesse em um “um aliado confiável e sólido”³⁹. Entre 1930 e 1937, observou-se a construção mútua de dois atores políticos centrais: Vargas e os militares. Embora o processo tenha sido dialético, Vargas tentou ocupar o polo dominante, conduzindo estrategicamente a reorganização das Forças Armadas para que estas se tornassem o suporte institucional necessário à consolidação de um poder nacional.

A culminância desse processo ocorreu com a outorgação da Constituição de 1937, que marcou o início do Estado Novo e institucionalizou um regime autoritário e centralizador. Um dos aspectos mais evidentes dessa centralização foi o controle direto do presidente sobre as Forças Armadas. O Artigo 161 da nova Carta estabelecia que: “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierarchica e da fiel obediencia a autoridade do Presidente da Republica”.⁴⁰

Esse dispositivo, mais do que um simples enunciado legal, representava a consolidação de um processo político que vinha se desenvolvendo desde a Revolução de 1930. Conforme Magalhães, o biênio de 1934-1935 aparentava demarcar o início de uma nova fase na vida militar do país, dando prosseguimento a obra que se vinha desenvolvendo desde o Marechal

³⁷ Carvalho, 2006.

³⁸ CARVALHO, op. cit., p.84.

³⁹ CARVALHO, op. cit., p.108.

⁴⁰ BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. p. 15.

Mallet⁴¹. O Exército Brasileiro da primeira metade do século XX foi marcado por diversas reformas com o objetivo de modernização e profissionalização, a instituição passava por um período de despreparo profissional, resultado da falta de uma instrução militar sobre as ciências bélicas, as reformas empreendidas durante este período focavam principalmente no ensino militar do oficial, força permanente na instituição.⁴²

Apesar dos constantes esforços de modernização e profissionalização da primeira metade do século XX, o Exército Brasileiro na década de 30 ainda apresentava resquícios de despreparo profissional. No Brasil a profissionalização coexistiu com um crescente ativismo político dos militares, expresso nas campanhas tenentistas da década de 1920 e, posteriormente, na participação direta na Revolução de 1930, a política dentro da instituição dificultava o processo de construção de uma força profissional.⁴³

A submissão formal das Forças Armadas ao poder presidencial na constituição de 1937, reafirmava o objetivo de Vargas de construir um Estado nacional unificado, capaz de superar a fragmentação regional herdada da Primeira República e de eliminar a influência do partidarismo sobre a vida militar. Assim, a outorgação da nova Constituição não apenas reorganizou a ordem institucional, mas também consagrou juridicamente a aliança entre o poder político e o poder militar, assegurando a centralidade de Vargas no comando da nação e o papel das Forças Armadas no novo regime.

A leitura do relatório do Ministério da Guerra, referente ao ano de 1934, oferece um panorama sobre as concepções estratégicas do então Ministro da Guerra, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, para o futuro das Forças Armadas. O documento não se limita a apresentar dados administrativos ou operacionais; ele articula uma reflexão histórica e política sobre a trajetória do Exército Brasileiro, desde a crise institucional vivida no período imperial até os desafios enfrentados nos primeiros anos da República. Góes Monteiro busca compreender e apresentar a Vargas, os fatores que contribuíram para a fragilidade da instituição militar, assim como, propõem algumas soluções para sua reestruturação.

No relatório é destacado que ao longo da trajetória republicana brasileira, o Exército teria sido alvo recorrente dos ataques desagregadores promovidos pelo partidarismo político, o qual sufoca a nação. A constante disputa entre facções partidárias teria buscado envolver e instrumentalizar membros das Forças Armadas, arrastando-os para o campo instável das

⁴¹ MAGALHÃES, João Baptista. **A evolução militar do Brasil**: anotações para a história. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 343.

⁴² MORAIS, Ronaldo Queiroz de. O estrondo da modernidade no Exército: as reformas curriculares e as revoltas militares na Primeira República. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 28, n. 91, p. 149–176, set./dez. 2013. p. 157-156.

⁴³ Beattie, 2009.

conveniências políticas. Tal prática, voltada exclusivamente para o benefício de interesses partidários, comprometia os fundamentos institucionais do Exército, contribuindo para seu enfraquecimento e, em casos extremos, para sua desestruturação.⁴⁴

No contexto da constituição de 34, Góes Monteiro, ainda ressalta que a criação do Conselho Superior de Segurança Nacional⁴⁵, previsto no art. 159 da constituição de 34, garantiria o equilíbrio entre questões que envolvessem assuntos políticos e militares, assim como, possibilitaria uma evasão da política dentro dos quartéis. Garantindo a longo prazo uma união dos quadros da instituição sobre uma mesma bandeira. O Exército então poderia voltar sua orientação para o seu papel social na garantia da segurança da nação e para os preparativos em caso de uma eventual confrontação em um cenário de guerra.

Para Góes Monteiro, o “Exército é um órgão essencialmente político. Assim sendo, deve-se fazer a política do Exército e não a política no Exército. (...)”⁴⁶. Nesse entendimento, essa instituição deveria atuar como agente de preservação da ordem, da soberania e da unidade nacional, mas sem se confundir com os interesses político-partidários. A distinção entre “fazer a política do Exército” e “fazer política no Exército” é central: a primeira refere-se à formulação de estratégias voltadas à defesa e à segurança nacional; a segunda, à infiltração de disputas ideológicas e interesses particulares que comprometem a coesão institucional.

Ao pontuar, no relatório de 34, eventos como a Campanha de Canudos, as revoltas da Armada e a Revolução Constitucionalista de 1932, Góes Monteiro evidencia a precariedade do preparo militar e a falta de coesão institucional. A modernização do Exército, portanto, não poderia restringir-se à compra de armamentos modernos; exigia uma reforma profunda no ensino militar. Essa reforma deveria abranger não apenas a formação técnica dos oficiais, mas também a instrução regular de soldados e reservistas, assegurando preparo físico, moral e intelectual compatível com as exigências de uma força armada nacional.

Segundo Huntington, o ensino militar é um dos fundamentos centrais da profissionalização das Forças Armadas⁴⁷. Para o autor, a consolidação de uma instituição militar moderna exige um sistema educacional próprio e contínuo, voltado à formação técnica e ética

⁴⁴ BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 20-21.

⁴⁵ O Conselho Superior de Segurança Nacional seria presidido pelo Presidente da República, e fariam parte os Ministros de Estado, o Chefe do Estado Maior do Exército e o Chefe do Estado Maior da Armada. Ficaria responsável por estudar e coordenar todas as questões relativas à segurança nacional.

⁴⁶ PANDOLFI, op. cit., p. 298.

⁴⁷ Huntington, destaca que o profissionalismo militar surgiu historicamente na Europa a partir do século XIX. Ele usa os casos da Prússia, França e Inglaterra como exemplos, mostrando como as reformas militares (como as prussianas do século XIX) criaram o embrião do oficial moderno, com escolas militares, estado-maior e uma ética própria.

dos oficiais. Isso porque “o profissionalismo militar se expressa por meio da educação especializada, da responsabilidade com a segurança do Estado e da obediência institucional à autoridade civil”⁴⁸. O ensino militar no contexto brasileiro da década de 30, irá englobar todo o processo de instrução efetivada no ambiente militar, partindo da formação dos praças nos quartéis e tiros de guerra, e a dos oficiais nas escolas de formação militares.

Segundo Góes Monteiro, após o movimento revolucionário de 1930, o Exército Brasileiro enfrentou uma profunda crise de identidade e estrutura. A subversão da hierarquia, a crescente interferência político-partidária nas atividades militares e o desmantelamento organizacional da instituição levaram-na a uma situação próxima da completa dissociação⁴⁹. Nesse contexto, se evidencia o Decreto nº 23.977 e o de nº 413, os quais embora promulgados em momentos distintos, compartilham uma lógica institucional comum: transformar o Exército em instrumento técnico, disciplinador e civilizador do Estado.

O Decreto nº 23.977, de 8 de março de 1934, aprovado durante o Governo Provisório instituiu a Lei de Organização Geral do Exército Brasileiro. Esse marco legal definiu os princípios, estruturas e funções da instituição militar, tanto em tempos de paz quanto em situações de guerra. O decreto estabeleceu o Exército como uma força nacional voltada à defesa do território e à manutenção da ordem interna. Ao destacar a instrução militar, pontua que deveria ser concebida como um instrumento de preparação dos cidadãos para a guerra, realizada por meio de campos de instrução e manobras periódicas.⁵⁰

Era previsto uma formação em escolas de formação, aperfeiçoamento e especialização voltadas para oficiais e para os praças uma formação técnica, objetivando assim a profissionalização da força. Ao Estado-Maior do Exército foi atribuída a responsabilidade pela organização dos planos de operações e pela preparação para sua execução. As questões de natureza política e administrativa ficaram sob competência do Governo, por meio do Ministro da Guerra⁵¹. O Decreto nº 23.977, portanto, não apenas reorganizou a estrutura formal do Exército, mas também redefiniu seu papel institucional, alinhando-o ao projeto de centralização e modernização do Estado brasileiro. Ao estabelecer uma doutrina clara e uma estrutura funcional, o decreto contribuiu para a consolidação das Forças Armadas como instrumento de estabilidade política e integração nacional.

⁴⁸ HUNTINGTON, op. cit., p. 57.

⁴⁹ BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 23.

⁵⁰ BRASIL. Decreto nº 23.977, de 8 de março de 1934. **Dispõe sobre a Lei de Organização Geral do Exército.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

⁵¹ Ibid.

Quatro anos depois, o Decreto-Lei nº 413, de 6 de maio de 1938, aprofunda e sistematiza essas diretrizes, consolidando o Exército como instituição pedagógica e estratégica no contexto do Estado Novo. A norma ampliava a estrutura territorial e funcional das forças armadas, detalhando os mecanismos de incorporação, instrução e mobilização, e reforçava o papel do Ministério da Guerra como órgão centralizador. A formação dos praças seria tratada com ainda mais rigor, unidades de instrução, manobra e quadros permanentes são organizados com o objetivo de uma preparação contínua dos soldados, agora vistos como agentes da nacionalização e da estabilidade política.

Para o então ministro Góes Monteiro, uma das principais falhas pontuadas para a modernização da instituição constituía no sistema de recrutamento. Ele destaca que a constituição de 1891 estabelecia a obrigatoriedade do serviço militar, no entanto, não havia regulamentos e nem os meios que garantiriam a preparação efetiva dos cidadãos para a defesa nacional até a lei de 1908⁵². A consolidação do serviço militar obrigatório no Brasil, especialmente a partir da década de 1930, não constituía um projeto recente da instituição, seria o resultado de um amplo processo de modernização institucional do Exército, iniciado ainda no período imperial e intensificado nas primeiras décadas da República.

A maior conquista deste processo no contexto republicano viria com a promulgação da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, que representou um marco na reorganização do Exército. A lei estipulava o ingresso prioritário por meio do voluntariado e, na ausência de voluntários suficientes, recorria ao sorteio como mecanismo de seleção. Essa inovação conferia maior transparência e previsibilidade ao processo de incorporação, rompendo com práticas arbitrárias e clientelistas que marcavam o recrutamento anterior.

O território nacional passaria então, a ser organizado em regiões de alistamento e inspeção, com a criação de cargos como inspectores permanentes e a reformulação do Estado-Maior. A composição das unidades militares foi detalhada por arma (infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia e trem), e foi criado o Corpo de Saúde Militar, com o recrutamento

⁵² Ressaltasse que apesar dos comentários do ministro se referirem somente ao período da República, é importante destacar que já no período imperial ocorreram tentativas de institucionalização do serviço militar, como a Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874, que instituiu o sorteio como mecanismo de seleção. Inserida no cenário pós-Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), tal legislação refletia os esforços do Império em modernizar o Exército e mitigar os efeitos negativos das práticas anteriores de recrutamento. Embora não tenha eliminado integralmente as desigualdades sociais, o sorteio representou uma iniciativa de institucionalização do serviço militar e de fortalecimento da capacidade organizacional das forças armadas. Todavia, apesar de constituir um avanço em relação aos recrutamentos forçados, a medida mostrou-se insuficiente para consolidar um sistema eficaz e duradouro, o que explica a persistência das críticas posteriores e a necessidade de novas reformas, como aquelas destacadas por Góes Monteiro no início do século XX.

passando para um modelo técnico especializado. O quadro de oficiais e praças também foi reorganizado, visando à profissionalização e à racionalização administrativa da força.

A principal inovação da lei, no entanto, foi a universalização do dever cívico. Todos os cidadãos brasileiros do sexo masculino, ao atingir a idade legal, deveriam estar sujeitos ao serviço militar, salvo nos casos de isenção previstos em lei. Essa medida visava consolidar o princípio da igualdade perante as obrigações com a pátria, fortalecendo o vínculo entre o Estado e seus cidadãos e promovendo uma cultura de responsabilidade nacional, assim como, objetivava agradar a cúpula do exército.

Esse processo também é resultado do contexto histórico da “República Velha”, momento em que o Exército Brasileiro passou a ser representado por setores civis e militares como uma instituição capaz de promover as transformações sociais consideradas essenciais para o progresso da sociedade nacional. Buscava-se a formação de uma nação moderna, instruída, saudável e dotada de sentimentos cívicos. O ingresso de jovens na caserna, por meio do sorteio militar, era visto como um instrumento fundamental para a concretização desse ideal.⁵³

O poeta Olavo Bilac, grande propagandista do serviço militar e um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional, via a caserna como um espaço capaz de nivelar as classes sociais, ensinar disciplina e patriotismo, além de promover a instrução primária e a regeneração física e psíquica dos cidadãos. No entanto, quando a nova lei do serviço militar foi efetivamente implantada, em dezembro de 1916, diversos problemas relacionados ao alistamento, ao sorteio e a formação dos conscritos nas unidades militares revelaram que a imagem idealizada por Bilac ainda estava distante de ser concretizada.⁵⁴

Apesar das mudanças garantidas no corpo da lei focarem na reestruturação organizacional para o recebimento dos sorteados, o Exército Brasileiro, naquele contexto, ainda enfrentava problemas de estrutura física e regulamentar. Destacam-se a revisão de regulamentos considerados incompatíveis com a nova estrutura idealizada para a instituição, o que resultou na elevação dos critérios de seleção moral e física dos recrutas e o aperfeiçoamento das instruções ministradas nos quartéis⁵⁵. Ainda assim, um dos maiores entraves nos primeiros anos de vigência da lei foi a atuação deficiente das juntas de alistamento militar, especialmente nas regiões do interior, onde a presença do Exército era limitada.⁵⁶

⁵³ LIRA, op. cit., p. 14

⁵⁴ LIRA, op. cit., p. 15.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Carvalho, 2006.

A análise dos Relatórios do Ministério da Guerra (1916-1917) revela que, mesmo após a promulgação da Lei do Serviço Militar Obrigatório (1908), a presença efetiva do Exército em estados do Norte e Nordeste permaneceu limitada durante os anos seguintes. No relatório referente ao ano de 1916, o Ministro da Guerra alertava que estados como o Piauí, Amazonas, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Goyaz não contavam com guarnições permanentes, apenas com “pequenos destacamentos, para ali mandados por exigências de ocasião.”⁵⁷

Somente em 1917 é reportado pelo Ministro da Guerra, a existência em todos os estados de ao menos uma unidade do exército para o aquartelamento dos conscritos selecionados para o cumprimento do serviço voluntário ou obrigatório, também é informado que todas as unidades estavam prontamente preparadas fisicamente e materialmente para a formação dos conscritos. Ressaltasse que essa descrição não representava a realidade experienciada em alguns quartéis, segundo os estudos de Lira, naquele contexto, o 25º BC ainda carecia de materiais, estrutura e pessoal, para o cumprimento de suas atividades, esse contexto possivelmente poderia ser estendido para outros quartéis no interior do país. O próprio relatório alerta para a falta de oficiais nas unidades, os quais seriam responsáveis pela instrução da tropa, diante desta necessidade o Exército busca capacitar os sargentos para esta função.⁵⁸

Essa realidade resultou na deficiência da instrução dentro dos quartéis o que comprometeu a formação de reservas aptas e impossibilitou a consolidação do conceito de “Nação Armada”, idealizado naquele contexto. Como destacado pelo ministro, o período caracterizado como “República Velha”, será marcado pela intromissão da política partidária nos quartéis, traduzindo-se em promoções, transferências e punições por critérios políticos, o que enfraqueceu a disciplina e a hierarquia. Esse cenário começará a ser modificado com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1934, momento em que o Exército passaria a ocupar um papel estratégico no processo de centralização política e de modernização institucional do Estado brasileiro.

No interior do projeto varguista, os quartéis seriam idealizados como espaços de formação cívica, moral e técnica, onde o serviço militar obrigatório passaria a ser concebido como instrumento de nacionalização da juventude masculina. Góes Monteiro afirma:

⁵⁷ BRASIL. **Regulamento para o serviço militar (Decreto n.º 12.077, de 4 de novembro de 1916)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.p. 8

⁵⁸ BRASIL. **Regulamento para o serviço militar (Decreto nº 12.111, de 24 de dezembro de 1917)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

Como elemento primordial da defesa e segurança do Estado, o Exército applaudirá e estimulará, na esfera de suas atribuições, a acção dos dirigentes que vise o advento imediato de um ideal politico e nacional bem definido, não só por dever de brasilidade, como, também, por não ignorar as já vantagens que lhe advirão da incorporação de recrutas iniciados em uma escola de patriotismo, que lhes incuta, desde a infância, quadra fecunda, o sentimento de responsabilidade como constructores de nossos grandiosos destinos.⁵⁹

A prática dos quartéis como escola de patriotismo seria reforçada na constituição de 1937, especificamente no seu artigo 164, que ressaltava que todos os brasileiros eram obrigados ao serviço militar e a outros encargos necessários à defesa da pátria, nos termos e sob as penas da lei⁶⁰. Esse dispositivo legal conferia ao Exército o instrumento necessário para recrutar jovens de todas as camadas sociais e, assim, praticar uma função pedagógica voltada para a formação cívica e nacionalista, moldando-os dentro de um ideal de disciplina e brasilidade.

Góes Monteiro ao aprofundar suas reflexões, sobre o papel das Forças Armadas na construção da identidade nacional, no relatório de 1935, destaca que como escolas de patriotismo a instituição militar, teria como dever contrariar os interesses meramente individuais e tendências incompatíveis com o bem-estar coletivo. Esse processo seria alcançado através da comunhão de ideias, devendo desta forma promover a integração dos cidadãos na grande corrente da coletividade nacional, contribuindo, assim, para a consolidação de um projeto político e social unificado.⁶¹ No relatório do Ministério da Guerra de 1935, Góes Monteiro enfatiza que a “instrução militar forma a personalidade, desvenda o paiz aos seus filhos, educa, ilustra, disciplina, desperta sentimentos patrióticos, faz, em synthese, com que o homem adquira um critério independente.”⁶²

Assim o processo de modernização do Exército brasileiro no período pós-1930, com destaque para a formação dos seus soldados poderia ser dividida em dois eixos principais: de um lado, o serviço militar obrigatório, concebido como política de integração social e nacionalização da juventude; de outro, a reforma educacional militar, que buscava

⁵⁹ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 36.

⁶⁰ BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 25 set. 2025. p. 23.

⁶¹ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 38.

⁶² BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 44.

profissionalizar a tropa e formar quadros preparados para os desafios da defesa nacional em um cenário de instabilidade política e transformações sociais.

Magalhães, destaca que o conjunto de leis desenvolvidas e aprovadas não tiveram sua plena execução, diante de obstáculos de ordem política, como as perturbações institucionais da época, que comprometeram a aplicação integral das disposições legais, obscurecendo os objetivos originais da norma. Contudo, observa-se que, mesmo diante de deturpações e rejeições dos elementos essenciais da legislação, a estrutura fundamental proposta pelo decreto manteve-se vigente, influenciando a organização subsequente das Forças Armadas.⁶³

Sua análise pode ser reforçada diante do conteúdo presente no relatório de 1937, produzido por Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra. Onde se destaca que embora várias leis tenham sido expedidas com o objetivo de promover a evolução da organização militar, muitas delas não foram plenamente executadas. Segundo o ministro, em 1936, alguns regulamentos se revelaram de difícil aplicação, enquanto outros, mesmo implementados, enfrentaram obstáculos tanto estruturais quanto de mentalidade, que impediram sua consolidação. Entre os principais entraves, o ministro destaca a resistência do Poder Legislativo, que dificultava a aprovação dos regulamentos complementares necessários à efetivação das reformas, outro fator apontado por Eurico Dutra foi a presença de resquícios de práticas subversivas na estrutura militar, que comprometiam a coesão interna da corporação e dificultavam a implementação de uma doutrina unificada.⁶⁴

Apesar dos comentários negativos em 1936, Eurico Gaspar Dutra, ainda no relatório referente ao ano de 1937, destaca que a disciplina foi mantida nos quartéis diante do cenário de imposição da ditadura, bem como a eliminação de conflitos políticos internos. Esse cenário resultou das reformas iniciadas em 1934, as quais começavam a produzir alguns efeitos concretos na estrutura administrativa e operacional das forças militares, no entanto, diante do novo cenário político, alguns decretos foram modificados para se adequar às novas exigências do regime. Eurico Dutra afirma que a:

organização militar já se vai revestindo de uma nova feição. E das leis em elaboração no Estado-Maior do Exército advirão novas organizações do Ministério da Guerra e do Exército mais consentâneas com as nossas

⁶³ MAGALHÃES, João Baptista. **A evolução militar do Brasil**: anotações para a história. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 357.

⁶⁴ BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1936**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. p. 9.

necessidades administrativas e políticas, com a nossa grandeza territorial com a evolução da arte da guerra.⁶⁵

A elaboração de novas leis no âmbito do Estado-Maior do Exército revela um novo esforço de institucionalização que visava consolidar o papel das Forças Armadas como agentes de estabilidade e integração nacional no regime do Estado Novo. A educação militar, os regulamentos internos, os sistemas de promoção e a doutrina de mobilização passaram por ampla revisão, com o objetivo de construir uma força armada disciplinada, tecnicamente preparada e ideologicamente alinhada ao projeto autoritário de Vargas.

No campo educacional, o Decreto-Lei nº 432⁶⁶, de 19 de maio de 1938, promulgado pelo governo Vargas, modificaria substancialmente o ensino militar. A instrução militar passaria a ser concebida como um processo que deveria exigir, antes de tudo, uma preparação escolar geral sólida. É destacado que nenhum militar poderia deixar o serviço ativo sem saber ler, escrever, realizar operações matemáticas básicas e possuir noções elementares sobre o Brasil, sendo elas sua geografia e sua constituição. Essa exigência reforçaria o papel da educação como base da cidadania e da competência profissional, tanto para os praças como para os oficiais.

Neste contexto a progressão na carreira militar estaria diretamente vinculada ao domínio de conhecimentos gerais. A promoção a sargento, por exemplo, dependeria da comprovação de conhecimentos equivalentes ao ensino primário completo. Já o ingresso em escolas de formação exigia conhecimentos compatíveis com o ciclo completo do ensino secundário. Para o acesso a determinados postos e funções, o decreto prevê que os requisitos de conhecimento e as formas de avaliação seriam estabelecidos por normas específicas da própria instituição.

Além de estabelecer critérios técnicos, o decreto reforça os valores tradicionais da carreira militar, como disciplina, hierarquia e patriotismo. O ensino seria concebido não apenas como instrumento de capacitação técnica, mas também como meio de moldar o caráter dos futuros oficiais e praças. A educação militar seria vista, desta forma, como um processo de formação integral, que combinaria conhecimento científico com valores éticos e cívicos.

Vale destacar que diferentemente de legislações anteriores, o Decreto-Lei nº 432 reduzia a integração entre o ensino militar e o ensino civil. Ao estabelecer critérios próprios para admissão, progressão e certificação, confere-se maior autonomia às instituições militares,

⁶⁵ BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1938.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 10.

⁶⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938. **Regula o ensino militar no Exército.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

consolidando um sistema educacional paralelo ao civil. Essa separação reforça a especificidade da formação militar e sua vinculação direta aos interesses estratégicos do Estado, consolidando as Forças Armadas como agentes de formação, controle e reprodução dos valores do regime.

O Decreto-Lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939, promulgado sob a Constituição autoritária de 1937, instituía uma nova Lei do Serviço Militar no Brasil, refletindo os esforços do governo Vargas em reorganizar o aparato estatal e consolidar o papel das Forças Armadas como instrumento de integração nacional e defesa da soberania. A necessidade de atualização da legislação militar já havia sido apontada nos relatórios do Ministério da Guerra de 1936 e 1937, o então ministro Eurico Gaspar Dutra criticava, no primeiro, a obsolescência da norma vigente, por estar desatualizada frente à Constituição de 1934 e às transformações políticas e institucionais subsequentes⁶⁷, no segundo, é destacado que se caracterizava em uma norma nos moldes da Constituição de 1891 e que alterações estavam em vias de ser regulamentadas.⁶⁸

De acordo com o texto legal, o serviço militar é obrigatório e deveria ser prestado conforme a aptidão física e intelectual do indivíduo, com vistas à defesa nacional. O Decreto-Lei nº 1.187 representou a consolidação legal da política de recrutamento e da formação dos praças. A norma estabelecia que a obrigatoriedade do serviço militar poderia ser estendida a vinte e cinco anos, em tempos de paz, iniciado a partir dos vinte e um anos de idade, com alistamento aos dezoito, assim como, instituía a caderneta militar.

Para Góes Monteiro, o fortalecimento do poder militar estaria diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e social da nação, o qual seria sustentado pela educação nacional em seu sentido mais amplo, englobando tanto a instrução civil quanto a instrução militar da população. Essa perspectiva revela uma concepção de força armada que ultrapassaria o campo bélico, e que assumiria um papel político e educacional na construção do Estado moderno. Segundo o ministro, o “poder militar, cuja importância cresce na razão directa do desenvolvimento econômico e social, repousa, como a força política do Estado, na educação nacional, tomada em seu sentido mais lato.”⁶⁹

Desta forma o papel de ensino da instituição militar durante o Estado Novo não se limitava à alfabetização ou à formação técnica dos recrutas. Se estendia à formação de um sujeito moldado pelos valores da ordem, da disciplina e do nacionalismo. Conforme Sodré, em

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. p. 9.

⁶⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 10.

⁶⁹ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 36.

1930 o Exército deixaria de ser mero instrumento da elite agrária para se transformar em “instrumento do Estado nacional”⁷⁰. A incorporação das massas, a valorização da educação militar e a expansão territorial das unidades de instrução revelam um esforço deliberado de integração entre Forças Armadas e sociedade, o que se alinharia ao projeto de escola de nacionalismo e do preparo de uma força militar profissional.

2.2. A FORMAÇÃO DOS PRAÇAS NO ESTADO NOVO: SERVIÇO MILITAR, DISCIPLINA E CULTURA CÍVICO-PATRIÓTICA

A consolidação do serviço militar obrigatório durante o Estado Novo representou uma inflexão decisiva na composição social dos praças e no papel político e educacional desempenhado pelo Exército Brasileiro. Conforme Beattie, a consolidação do serviço militar obrigatório pós 1937 resultou em mudanças na composição social e na formação dos praças: “Os alistados eram agora convocados de famílias pobres “honradas” das cidades, e cada vez menos criminosos e vadios eram recrutados”⁷¹. O serviço militar, assim, deixava de ser visto como punição social para tornar-se instrumento de moralização e integração nacional sob os pressupostos do regime varguista.

O Decreto-Lei nº 413/1938 formalizou as bases dessa nova política, determinando no Art. 31, que a incorporação teria como finalidade formar militares instruídos para atender às necessidades do Exército ativo e da mobilização em tempos de guerra. No mesmo dispositivo, evidencia-se que a permanência na corporação se daria por meio da conscrição de voluntários, engajados e reengajados, reforçando a lógica de continuidade da formação militar e da manutenção de um contingente preparado para eventual mobilização. No relatório do Ministério da Guerra de 1937, elaborado por Eurico Gaspar Dutra, no início do Estado Novo, é reportado que o voluntariado e o sorteio militar foram processados com regularidade, o ministro informa para a diminuição na repulsa sobre o serviço militar, fenômeno que marcou os primeiros tempos de aplicação da lei⁷².

O Exército aproveitou a conjuntura reformista do governo Vargas para ampliar sua capacidade de controle social, valendo-se de instrumentos de coerção indireta. Em vez de punir

⁷⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 272.

⁷¹ BEATTIE, op. cit., p. 400.

⁷² BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1938**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 10-11.

diretamente o não alistamento, o Estado vinculou o acesso a direitos civis básicos ao cumprimento do dever militar, transformando o serviço militar em requisito fundamental para a participação na vida pública. A caderneta militar instituída pelo Decreto-Lei n.º 1.187/1939 reforçou essa lógica ao estabelecer que nenhum brasileiro entre 18 e 21 anos poderia obter documentos oficiais, como obter passaporte, matricular-se em instituições oficiais ou associar-se a entidades reconhecidas pelo Estado, sem a apresentação do certificado de alistamento militar, o decreto vinculou diretamente o exercício da cidadania ao cumprimento do dever militar.⁷³

A medida tomada foi orientada pela égide dos oficiais superiores e atingia todas as camadas sociais, o objetivo da instituição era coagir a população ao cumprimento do serviço militar. Foi estabelecido o recrutamento regional, o que deveria facilitar o deslocamento dos novos conscritos, essas medidas objetivavam ampliar o alcance e assimilação de recrutas sobre a parcela da população situada em ambiente urbano, os oficiais superiores defendiam que desta forma, atingiriam uma parte da sociedade mais instruída, o que facilitaria o processo de instrução militar e consequentemente em uma qualidade de soldados melhores.⁷⁴ O decreto também determinava que o tempo de serviço seria de 12 a 24 meses, conforme estipulado pelas necessidades da instituição, no caso de voluntariado é determinado a obrigatoriedade de 2 anos.

Vale destacar que o Decreto-Lei n.º 1.187/1939, não se limitou à regulamentação administrativa do serviço militar obrigatório, mas reforçou explicitamente sua função pedagógica e disciplinar. Ao estabelecer normas para o alistamento, a incorporação e a permanência nas Forças Armadas, o dispositivo jurídico instituiu também a Semana do Serviço Militar, concebida como instrumento de mobilização simbólica e prática da juventude. Essa iniciativa visava conscientizar os jovens sobre o dever patriótico e difundir uma doutrina fundada na obediência, na lealdade à nação e na valorização das Forças Armadas como suporte da ordem nacional.⁷⁵

No contexto da década de 30, o recrutamento havia se expandido para diversas camadas sociais, e o serviço militar ganhava capilaridade com a reativação dos Tiros de Guerra, das Escolas de Instrução Militar e das Escolas de Instrução Militar Preparatória. Em 1939, o Brasil contava com 262 Tiros de Guerra, 116 Escolas de Instrução e 115 Escolas Preparatórias em

⁷³ BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939. Dispõe sobre o serviço militar. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1939. p. 6.

⁷⁴ Beattie, 2009.

⁷⁵ Lira, 2023.

funcionamento, totalizando 493 unidades, além de outras 313 inativas⁷⁶. Esse movimento conforme José Murilo de Carvalho, representou uma fase de abertura da sociedade ao Exército.

A implementação do sorteio como mecanismo de incorporação permitiu que, ao final do período de serviço, a maioria dos recrutas pudesse retornar à vida civil, rompendo com o modelo anterior de isolamento institucional. Coexistiram, assim, dois modelos de organização militar: o primeiro, vigente até 1916, era fechado, com poucos canais de entrada e nenhum de saída, isolado da sociedade e incapaz de influenciá-la; o segundo, a partir de 1918, passou a contar com múltiplos canais de entrada e saída, atingindo todas as classes sociais e permitindo ao Exército exercer papel ativo na socialização e formação cívica da população.⁷⁷

No contexto da década de 1930, o discurso oficial atribuiu a melhoria na percepção popular sobre o recrutamento militar a dois fatores principais: as melhorias nas instalações dos quartéis, viabilizadas por legislações anteriores, e a mudança na mentalidade da população, que passou a receber o serviço militar de forma mais favorável. Beattie destaca essa mudança com a visão de um oficial:

Em 1936, um oficial notou que o número daqueles que não se apresentaram para o sorteio decaíra “apreciavelmente”. Ele atribui essa mudança as melhores condições nos quartéis, as novas atitudes e a implementação mais energética do sorteio de alistamento.⁷⁸

Apesar da mensagem oficial ser positiva, ainda havia dificuldades no processo de recrutamento. O que pode ser evidenciado ao analisar a distribuição social dos conscritos, a qual permaneceu desigual, como assinala Beattie, o grosso do recrutamento recaía sobre a camada social mais pobre, os jovens das camadas médias e altas, quando favoráveis ao serviço militar buscavam a formação nas academias e ingressavam como oficiais, aos demais, se aproveitavam da oportunidade oferecida pelos tiros de guerra ou de processos jurídicos, na tentativa de fugir do cumprimento do serviço militar nos quartéis, embora nem sempre com sucesso.

O Decreto-Lei nº 413/1938, também estabelecia diretrizes fundamentais para a formação dos praças. O Art. 32 reforça que a preparação para a guerra é a finalidade da instrução militar, a ser ministrada nos corpos de tropa e nas unidades das Armas e dos Serviços. As chamadas “unidades de instrução” deveriam familiarizar os recrutas com o terreno e com os exercícios militares desde os primeiros momentos, enquanto as “unidades de manobra”

⁷⁶ CARVALHO, op. cit., p. 76.

⁷⁷ Ibid. p. 77

⁷⁸ BEATTIE, op. cit., p. 367.

realizavam treinamentos mais avançados, simulando situações de combate com efetivos de guerra⁷⁹. Como destacado anteriormente, com o Decreto-Lei nº 432, a formação dos praças não se restringia somente ao treinamento técnico, mas também estava orientada por uma lógica de disciplinamento e preparação moral, física e cívica, através do ensino.

Desta forma a instrução militar no Estado Novo, foi orientada por uma imposição da cultura militar e civil no Brasil, que se deu por meio de um extenso sistema de controle e disciplinamento corporal⁸⁰. No meio militar, os regulamentos determinavam a fragmentação do tempo, a vigilância constante, os treinamentos repetitivos e a padronização dos comportamentos. Os praças eram submetidos a rotinas que objetivavam moldar não apenas seu corpo, mas também sua subjetividade, de modo que a obediência fosse internalizada como virtude moral. Segundo Foucault, “a disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.”⁸¹

Os regulamentos militares reforçavam esse aparato, o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG)⁸² institucionalizaram esse regime disciplinar. O primeiro definia a hierarquia como base da instituição, tornando a obediência tão nobre quanto o comando e responsabilizando os chefes pela conduta de seus subordinados. Já o segundo regulava a vida cotidiana nas unidades, padronizando horários, gestos e rituais, e determinando comemorações obrigatórias, a exemplo, o Dia do Soldado e o hasteamento da bandeira, que reforçavam o patriotismo e o sentimento de pertencimento. Essas práticas revelam que a formação dos praças se baseava tanto no controle físico quanto na educação simbólica, conformando o que Foucault descreveria como uma instituição total de vigilância e adestramento.

O RDE de 1938, instituído no início do Estado Novo, estabelecia um modelo de disciplina profundamente centrado no controle do corpo do militar. O artigo 2º do regulamento definia a disciplina militar como um conjunto de atitudes que deveriam ser inspiradas pelo sentimento do dever, e não pelo receio de castigos. Entre essas manifestações estão a correção nas atitudes, o pronto cumprimento das ordens dos chefes, a observância aos regulamentos, o

⁷⁹ BRASIL. **Decreto-Lei nº 413, de 6 de maio de 1938**. Dispõe sobre a organização do Exército. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 12 maio 1938. p. 4.

⁸⁰ Lenharo, 1986.

⁸¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 182.

⁸² Segundo Lira (2023), o primeiro regulamento referente à instrução e serviços nos corpos de tropa foi promulgado por meio do decreto nº 7.459 de 15 de julho de 1909354 como parte da reorganização do exército imposta pela lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908. Até o final da década de 1920 o RISG passou por quatro atualizações: em 1913, 1916, 1920 e 1929355. O RISG promulgado em 1920, por exemplo, declara em seus preceitos gerais que a instrução tinha por finalidade a preparação para a guerra, devendo ser dada de forma contínua e progressiva.

empenho em servir ao Exército e à Nação, e a colaboração espontânea na disciplina coletiva⁸³. Desse modo, o corpo torna-se o principal meio pelo qual o soldado demonstra sua adesão à hierarquia, sendo permanentemente vigiado quanto à postura, prontidão e correção de gestos.

O regulamento afirmava que a disciplina se evidenciava no “cumprimento rigoroso dos deveres militares”, incluindo “prestação de continência”, “apresentação correta” e “exatidão das atitudes” diante de superiores. Cada movimento corporal, desde a maneira de marchar até a forma de permanecer em silêncio, é marcado como parte da conduta disciplinada⁸⁴. O corpo é moldado a agir sem hesitação, internalizando a prontidão e a imobilidade necessárias à execução de ordens.

A forma de portar o uniforme, o modo de caminhar, a postura em forma e a expressão corporal diante da autoridade, estabeleciam um conjunto normativo que transformava o corpo em instrumento de visibilidade da hierarquia. A disciplina, portanto, deixava de ser apenas um princípio moral e convertia-se em uma representação física, na qual o soldado aprende a comunicar obediência pelo controle permanente de seus gestos.

Ao descrever as transgressões, pontuava que as falhas poderiam ocorrer “por ação ou por omissão”⁸⁵, incluindo atitudes corporais inadequadas, descuidos com a apresentação e gestos considerados desrespeitosos. Assim, o soldado seria responsabilizado tanto pela ação quanto pela inércia, o que reforçava a ideia de vigilância interna. Era estabelecido que as transgressões disciplinares deveriam ser classificadas de acordo com sua intensidade em três categorias: leves, médias e graves.

As transgressões leves caracterizavam-se por infrações de menor impacto, geralmente relacionadas a descuidos ou comportamentos que não comprometiam diretamente a ordem ou a autoridade militar. As transgressões médias representavam violações mais significativas da disciplina, podendo afetar o funcionamento da unidade ou a imagem da instituição. Já as transgressões graves eram descritas como diretamente contrárias aos princípios fundamentais da hierarquia, da disciplina e da moral militar. Desta forma o corpo do praça tornava-se no principal instrumento de visibilidade da hierarquia, as transgressões disciplinares, classificadas em leves, médias e graves, incluíam tanto ações quanto omissões o que reforçava a vigilância pessoal e coletiva, o soldado deveria fiscalizar a si mesmo para não romper o padrão de comportamento esperado.

⁸³ BRASIL. **Decreto nº 2.429, de 4 de março de 1938**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1938. p. 2.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ BRASIL. **Decreto nº 2.429, de 4 de março de 1938**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1938. p. 6.

A análise do RISG de 1939, revela com nitidez a dimensão temporal do disciplinamento militar imposto aos praças durante o Estado Novo. A organização minuciosa do cotidiano no quartel, desde o toque de alvorada até o toque de silêncio, evidencia uma estrutura de poder que se exerce sobre o tempo, os corpos e os comportamentos dos soldados. O dia do recruta era rigorosamente dividido em fases: despertar, instrução, expediente, refeições, faxinas e encerramento. Cada etapa era marcada por sinais sonoros e autorizada por oficiais, reforçando a vigilância constante e a fragmentação do tempo como técnica de controle. O toque de alvorada não apenas despertava os soldados, mas simbolizava o início da submissão diária à lógica militar. Até mesmo os momentos de repouso em feriados eram condicionados à autorização superior e à previsão no horário oficial.⁸⁶

A instrução militar, considerada a atividade principal, ocupava os períodos mais importantes do dia e era precedida por formatura geral e entoação de hinos patrióticos. Essa ritualização da rotina reforçava a dimensão simbólica da formação dos praças, moldando não apenas suas habilidades técnicas, mas também sua subjetividade cívica e nacionalista. A instrução seguia quadros de trabalho previamente definidos, evidenciando a padronização dos saberes e a centralização da doutrina militar. O expediente administrativo, por sua vez, organizava o funcionamento interno da unidade, exigindo presença constante, uniforme completo e dedicação exclusiva. A impossibilidade de se ausentar sem autorização reforçava o confinamento simbólico do soldado, cuja autonomia era suprimida em nome da ordem institucional.

Por fim, o toque de silêncio encerrava o ciclo diário, marcando o fim das atividades e o retorno ao repouso controlado⁸⁷. Essa delimitação precisa do tempo e das ações dos praças configura o quartel como espaço de disciplinamento total, onde o corpo do soldado é moldado para obedecer, agir e representar os valores do regime.

Conforme estipulado por Foucault, a disciplina seria, assim, uma técnica de poder que fabricaria indivíduos úteis e obedientes, através do controle do tempo⁸⁸. Essa concepção pode ser aplicada à lógica da caserna no Estado Novo, onde o corpo do soldado era treinado, vigiado e moldado para o cumprimento das ordens em todo o seu cotidiano. Como aponta Lenharo, o disciplinamento militar estava inserido num contexto mais amplo de sacralização da política, em que a ordem e a obediência eram tratadas como virtudes cívicas e morais, a obediência as

⁸⁶ BRASIL. **Decreto nº 3.944, de 5 de novembro de 1939**. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 nov. 1939. p. 27-28.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Foucault, 1999.

ordens e a hierarquia, assim como, o sacrifício individual em prol do coletivo era uma mensagem frequentemente veiculada pela instituição militar.⁸⁹

Paralelamente ao disciplinamento físico, consolidou-se uma intensa educação simbólica. A construção da cultura militar também se apoiava em elementos simbólicos e ritualísticos que reforçavam a lealdade institucional e o sentimento de pertencimento, como observa Eric Hobsbawm, muitas das tradições se constituem em “tradições inventadas”⁹⁰, a exemplo no Brasil, tem-se o culto a Caxias, o Dia do Soldado, a exaltação da bandeira e os hinos, são comemorações que apesar da sua aparente tradicionalidade são eventos adotados e criados no período republicano e que foram intensificados durante o Estado Novo, tinham como objetivo consolidar uma identidade da corporação militar e legitimar sua autoridade.

Esses rituais simbólicos também reforçavam a distinção entre “militares” e “civis”, produzindo uma identidade militar baseado na honra, na obediência e na defesa da pátria. Constituindo assim uma cultura militar que não era apenas imposta, mas performada diariamente nos quartéis, tornando-se parte do cotidiano institucional. De acordo com Celso Castro, essas “cerimônias e símbolos permitem, através da evocação do passado, construir a identidade social do Exército, o sentimento de algo que permanece para além das mudanças. Nesse processo, o próprio Exército inventa-se enquanto instituição.”⁹¹

A identidade dos praças era construída, portanto, por meio da participação nesses rituais e do uso de símbolos, da incorporação de narrativas históricas e da vivência cotidiana no quartel. A formação destes indivíduos no Estado Novo permaneceria não restrita à instrução militar formal, a qual demarcada por programas de treinamento de tiro e físico. Se praticaria uma concepção ampliada da instrução militar, na qual o cotidiano, mesmo em suas ações aparentemente banais, era compreendido como espaço privilegiado para a formação moral do soldado⁹². A vida no quartel era, portanto, permeada por práticas simbólicas e rituais que reforçavam valores como disciplina, patriotismo, respeito à hierarquia e espírito de corpo.

Desta forma os praças eram treinados não apenas para a guerra, mas para incorporar valores como ordem, obediência e patriotismo próprios do meio militar. A formação dos praças estava baseada em uma lógica pedagógica marcada pela rigidez disciplinar e pelo controle físico e simbólico do corpo, o que remete às análises foucaultianas sobre as instituições modernas⁹³.

⁸⁹ Lenharo, 1986.

⁹⁰ HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

⁹¹ CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 10.

⁹² Lira, 2023.

⁹³ CARVALHO, op. cit., p. 78.

O quartel, enquanto instituição total, funcionava como aparelho de vigilância constante, regulando horários, gestos, posturas e crenças dos conscritos. O “bom soldado” era aquele que sacrificava sua individualidade pela defesa e o bem da pátria, como pode ser visto no posicionamento do ministro da guerra, Góes Monteiro:

Preparando homens para a defesa da pátria, que nem sempre o Direito é capaz de garantir, o Exército tem como motivo de sua actuação os ensinamentos históricos, o dever moral, o espírito de renúncia, o anelo de ser forte para proteger as grandes obras econômicas e políticas, que suplante e melhore o que temos até hoje conseguido no campo da civilização.⁹⁴

No relatório do ministério da guerra, referente ao ano de 1940, o então ministro Eurico Dutra delimita cinco marcos legais e doutrinários sobre a organização do Exército, sendo a salvaguarda da integridade do território nacional, o objetivo central. Diante do contexto social e político, essa missão, na visão das autoridades civis e militares, extrapolava o campo bélico, abrangendo funções pedagógicas, logísticas, econômicas e de segurança interna, aspectos destacados constantemente em decretos, leis e relatórios. O Exército era então concebido como instituição estratégica para a consolidação do Estado e da soberania nacional. Eurico Dutra então destacava:

1º a instrução militar de todos os cidadãos;
2º a preparação, em tempo de paz, e a realização, em tempo de guerra, das medidas que permitam a reunião dos meios, em pessoal e material de toda espécie, necessários à constituição e a manutenção dos exércitos;
3º a proteção permanente das operações eventuais de mobilização, de transporte e de reunião dos exércitos;
4º a proteção permanente das operações de mobilização econômica e industrial;
5º a manutenção da ordem no interior nos casos excepcionais de insuficiência das forças policiais.⁹⁵

Os marcos estipulados revelam a permanência de uma visão ampliada do papel das Forças Armadas durante o Estado Novo, a organização não estava limitada ao papel de defesa

⁹⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 45.

⁹⁵ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. p. 10.

externa, era incluído a garantia da ordem interna e da estabilidade institucional. O Exército era, portanto, um agente de integração nacional, de controle social e de suporte ao projeto político do Estado Novo. A militarização da sociedade e a centralidade da cultura militar na formação do cidadão brasileiro refletiam a lógica autoritária e nacionalista do regime varguista. A organização militar tornava-se, assim, não apenas instrumento de defesa, mas também de ensino cívico e de engenharia social.

Para Carvalho, nesse contexto, desapareceu “o soldado-cidadão para surgir a corporação e a classe⁹⁶”. Assim, a formação dos praças durante o Estado Novo resulta de um complexo processo de militarização da sociedade e de educação cívico-patriótica promovida pelo regime varguista, com o objetivo de remodelar a sociedade brasileira. Leis, decretos e regulamentos militares, convergiram para moldar um soldado disciplinado, leal e moralmente controlado, que fosse ao mesmo tempo defensor da pátria e instrumento da ordem interna.

Dessa forma, o processo do serviço militar obrigatório, o desenvolvimento dos códigos disciplinares e os rituais simbólicos praticados no interior do quartel, formaram um sistema articulado de controle e socialização, transformando o quartel em espaço disciplinador e ideológico. Desta forma, o Exército buscou consolidar-se como pilar fundamental do Estado Novo, não apenas pela força de suas armas, mas pelo poder de sua instrução disciplinar e de sua cultura simbólica, que buscava fundir o ideal do soldado-cidadão com o do homem ordeiro e nacionalista.

⁹⁶ CARVALHO, op. cit., p. 43.

3 A FORMAÇÃO DO PRAÇA PIAUIENSE ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

O estado do Piauí, no contexto do Estado Novo, estava sobre o controle do interventor Leônidas de Castro Melo. Sua gestão procurou incorporar intelectuais e técnicos locais à estrutura administrativa, fortalecendo o discurso do progresso, da ordem e do nacionalismo. Teresina e Parnaíba foram apresentadas como símbolos do desenvolvimento piauiense, e o governo investiu em obras públicas, estatísticas, educação e propaganda.⁹⁷

Na segunda metade da década de 30, o 25º BC, já havia se consolidado como uma presença marcante no tecido urbano e social de Teresina, sua estrutura física e organizacional foi resultado de um longo processo iniciado ainda na década de 1920, momento em que se idealizava a construção de um quartel moderno e monumental. O edifício, composto por seis blocos, apresentava arquitetura eclética inspirada em fortificações europeias, com telhados coroados por agulhas, platibandas dentilhadas e decoração com frisos e símbolos militares, conferindo-lhe uma aparência sólida e imponente.⁹⁸

Os campos de instrução e manobra estavam localizados em áreas periféricas da cidade, como os bairros Jockey Clube, Bairro de Fátima e a granja Catarina, utilizados para treinamentos de tiro, mobilidade e orientação. A composição do batalhão contava com três companhias de infantaria, uma de metralhadoras, uma companhia de quadros e um pelotão extranumerário⁹⁹. Ao todo a unidade apresentava um contingente variável, que não ultrapassou a soma de 450 soldados, a partir de 1939 há um aumento contínuo da guarnição até 1942, onde se registra a soma aproximada de 650 soldados¹⁰⁰, distribuídos entre os postos de praças e oficiais.

A inserção dos militares na sociedade piauiense através do 25º BC, em 1937 passou a ser orientada sobre um núcleo de propaganda e disciplinamento cívico. No contexto do Estado Novo, a unidade extrapolava suas funções tradicionais de defesa e segurança, atuando como agente disciplinador do Estado. Tinha-se a participação ativa dos militares do 25 BC, em celebrações públicas, desfiles, semanas do serviço militar e rituais cívicos organizados em parceria com escolas e autoridades civis da região. Essa atuação se alinhava a mensagem que a alta cúpula militar objetivava propagar para a nação, buscando reforçar a imagem do Exército

⁹⁷ Melo, 2021.

⁹⁸ Araújo, 2019.

⁹⁹ Araújo, 2019.

¹⁰⁰ O aumento dos soldados a partir de 1939 caracteriza-se como fenômeno presente em todas as unidades, o qual se origina diante do cenário de escalonamento das hostilidades na Europa, com o início da Segunda Guerra Mundial.

como guardião da moral pública e como espelho da nação ordeira e moderna, conforme os ideais propagados pelo regime varguista.¹⁰¹

Conforme Lira, a presença militar no estado piauiense foi historicamente marcada por intermitências e instabilidade¹⁰². Entre 1874, com a promulgação da primeira lei do sorteio, e 1918, quando foi implantado o 44º Batalhão de Caçadores¹⁰³, a atuação militar na região, variava entre diferentes formações de unidades militares: batalhões, companhias e destacamentos, os quais sendo frequentemente extintos ou transferidos conforme os interesses do poder central ou mudanças internas na estrutura das Forças Armadas. A organização e implantação definitiva da unidade em Teresina, representou um marco importante, inaugurando uma nova fase de presença militar mais estável e contínua no território piauiense.

A presença militar na região também simbolizava a fusão entre o poder civil e o militar sob a lógica do Estado Novo. No plano simbólico, os rituais e desfiles fortaleciam a imagem do Exército como espelho da nação ordeira e moderna, no político, consolidavam o controle social e a adesão das massas ao regime. O Exército no estado piauiense objetivava se apresentar como guardião da moral pública e formador do “cidadão-soldado”, enquanto o quartel funcionava como verdadeira “escola de nacionalidade”, disciplinando corpos e mentes, seguindo as premissas estipuladas pelo ministério da guerra.

Essa perspectiva é evidenciada nos discursos comemorativos dos aniversários do 25º Batalhão de Caçadores, realizados em 2 de janeiro dos anos de 1937 (20º aniversário), 1938 (21º) e 1942 (24º), registrados nos boletins internos/regimentais da unidade. Os pronunciamentos realizados nos anos de 1937 e 1938, em especial, se caracterizam por um discurso longo e solene, composto por uma retórica marcada pela exaltação da história da unidade, a valorização dos sacrifícios de seus integrantes e pela reafirmação do batalhão como parte integrante do Exército Nacional.

Apesar de contar com uma estrutura de aquartelamento adequada e um corpo de oficiais capacitados, o 25º BC enfrentou, nas primeiras décadas de funcionamento, dificuldades materiais e humanas que comprometeram parcialmente sua operacionalidade. Essas limitações não impediram o cumprimento das obrigações regimentais, graças ao comprometimento dos militares¹⁰⁴. Esse aspecto foi frequentemente exaltado nos discursos comemorativos de 1937 e 1938, o que reforçava a imagem de abnegação e disciplina como virtudes da corporação.

¹⁰¹ Aguiar Junior, 2014.

¹⁰² LIRA, op. cit., p. 153-155.

¹⁰³ Posteriormente com o decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919, o 44º Batalhão de Caçadores teve sua numeração modificada para 25º Batalhão de Caçadores.

¹⁰⁴ LIRA, op. cit., p. 117.

Conforme Lira, mesmo diante de dificuldades, a incorporação anual de jovens para o serviço militar acontecia regularmente¹⁰⁵. As atividades desenvolvidas no quartel seguiam os regulamentos comuns, como o RISG, que orientava os procedimentos diários de instrução e serviços. Ressalta-se que é possível que nem todas as obrigações fossem realizadas conforme as normas legais e institucionais, no entanto, o funcionamento da unidade demonstrava a prática efetiva da instrução militar como eixo central do cotidiano do quartel. Em 1942 o discurso adere a um caráter leve e festivo, evocando o aniversário do batalhão como um momento de festa, marcado por música, alegria e união em torno do Pavilhão Nacional, símbolo maior da soberania e da identidade brasileira.

As solenidades eram descritas, na documentação, como momentos de culto a tradição militar, os quais frequentemente eram acompanhados por cerimônias de entrega de medalhas e pela apresentação da bandeira nacional aos recrutas. As celebrações de aniversário do 25º BC, cumpriam uma função que ultrapassava o simples registro histórico. A exaltação ao passado da unidade era utilizada como instrumento de formação moral, servindo para aproximar os jovens conscritos da instituição militar, ao inserir a trajetória dos soldados piauienses na narrativa maior do Exército Brasileiro, o batalhão se apresentava como peça constitutiva da identidade nacional e da memória institucional.

Essa estratégia de construção simbólica se alinha ao conceito de “tradição inventada”, formulado por Eric Hobsbawm. Segundo o historiador, muitas instituições, mesmo as que possuem longa existência, recorrem à invenção de rituais, narrativas e comemorações para legitimar novas funções sociais e políticas¹⁰⁶. No caso do Exército Brasileiro, embora não fosse uma instituição recente, buscava se distanciar da imagem herdada do período imperial e se reposicionar como força moderna, nacional e integradora.

Dessa forma, no Piauí, a instituição militar não atuou apenas como um braço armado do Estado, ao exercer a prática de vigilância e pacificação na região, mas também atuou como um agente disciplinador e cultural, ao assumir o papel de propagador e moldador da identidade nacional e difusor do ideal de civismo, praticado pelo regime varguista, entre civis e militares.

Considera-se assim, que a consolidação simbólica do 25º Batalhão de Caçadores, especialmente por meio dos discursos comemorativos de seus aniversários, revela como a retórica da ordem e do progresso foi traduzido em práticas locais de controle, educação e integração nacional. A unidade emerge como um microcosmo do projeto nacionalista do Estado

¹⁰⁵ LIRA, op. cit., p. 208-216.

¹⁰⁶ HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

Novo, que mesmo diante de dificuldades operacionais, desempenhou papel ativo na formação moral, cívica e simbólica da juventude piauiense, contribuindo para a construção de uma identidade militar que se pretendia moderna, disciplinada e profundamente brasileira.

3.1. O PRAÇA PIAUIENSE A SERVIÇO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Beattie, o serviço militar era visto como rito de passagem entre a juventude e a vida adulta, conferindo ao soldado valores de disciplina, virilidade e patriotismo¹⁰⁷. No caso do Piauí, essa função se somava ao objetivo de civilizar e moralizar o homem, convertendo-o em modelo de cidadão ordeiro. O processo de incorporação, era iniciado com a avaliação médica dos voluntários e sorteados pela junta médica do quartel, o objetivo desse processo era selecionar, entre os candidatos, os mais aptos para a prestação do serviço militar.

A avaliação médica para o ingresso no Exército, constituía uma prática estabelecida com a lei do sorteio de 1908. O exame de saúde, mais do que uma mera formalidade de triagem, representava a aplicação prática do ideário higienista e eugenista difundido na primeira metade do século XX, segundo o qual a defesa da nação dependia da robustez física e da “sanidade moral” de seus cidadãos¹⁰⁸. Através de observações de Beattie, o exame médico, no contexto de início de implantação do serviço militar obrigatório, funcionava como um dispositivo de poder, articulando os saberes médico e militar para definir quem seria considerado apto a representar o corpo da nação.¹⁰⁹

Desta forma a seleção física e moral dos conscritos, realizada pelas Juntas de Saúde do Exército, baseava-se em critérios de normalidade inspirados no higienismo e no eugenismo científico¹¹⁰, que ainda apresentavam forte resquícios nas políticas públicas da década de 1930. Essas ideias estão presentes no relatório de 1935, onde o então ministro Góes Monteiro, critica os discursos europeus que atribuíam o atraso brasileiro à inferioridade racial e climática, para ele, o problema estaria localizado no campo da organização social e da educação. Sua defesa

¹⁰⁷ Beattie, 2009.

¹⁰⁸ Monteiro, 2010.

¹⁰⁹ BEATTIE, op. cit., p. 376-382.

¹¹⁰ No Brasil do Estado Novo (1937-1945), o higienismo e o eugenismo foram mobilizados como instrumentos de controle social e de legitimação do projeto autoritário de Vargas. O higienismo disciplinava hábitos e corpos por meio de campanhas de saúde, educação física e moralização dos costumes, enquanto o eugenismo, inspirado em correntes pseudocientíficas, defendia o “aperfeiçoamento racial” e influenciava políticas de imigração e saúde, reforçando práticas discriminatórias contra negros, pobres e pessoas com deficiência. Como observa Alcir Lenharo (1986), tais discursos se integravam à construção de uma identidade nacional homogênea, em que ciência e ideologia eram mobilizadas para sustentar a ordem e a disciplina. A presença de ambos revela como o Estado Novo buscou moldar a sociedade brasileira, articulando a modernização autoritária com a exclusão social.

da inexistência de raças puras e da capacidade do povo brasileiro para o progresso reforça uma leitura, segundo a qual caberia ao Estado e, em especial, ao Exército atuar como força modernizadora, moldando corpos, hábitos e valores.¹¹¹

Nesse contexto, o corpo do soldado ainda seria visto como forma de expressão do ideal de homem saudável, disciplinado e moralmente adequado à missão de servir à nação. Esta ideia era reforçada pelo RDE de 1938, que determinava que o soldado, tendo seu corpo e hábitos moldados no quartel, passaria a ser visto como representante dos valores da instituição no meio social, as inspeções de saúde, desta forma, ampliavam este aspecto o estendendo para o corpo.

O Exército, ao incorporar jovens pobres e mestiços, transformava-os em representantes do projeto de unificação e modernização nacional varguista. O perfil do soldado do 25º BC, no contexto do Estado Novo, refletiria o cruzamento entre política estatal, cultura militar e estrutura social. Como destacado anteriormente, o quartel, neste contexto, não era visualizado apenas como espaço de preparação de reservistas, sua função pedagógica era ampliada para o letramento e nacionalização, onde o cidadão era produzido como soldado, e o soldado como símbolo da pátria.

Os jovens considerados aptos para o cumprimento do serviço militar eram então formalmente incorporados ao Batalhão. Nesse momento, permaneceu-se a prática do preenchimento de fichas individuais, as quais contendo informações detalhadas sobre os conscritos, desde dados físicos, como cor dos cabelos e dos olhos, até aspectos sociais, como a ocupação exercida antes da convocação. Embora essas fichas não estejam atualmente preservadas no arquivo do quartel, sua existência é atestada nos boletins regimentais/internos, que registravam os dados à medida que os jovens se apresentavam¹¹². Esses registros funcionavam como instrumentos de triagem e vigilância, permitindo ao Exército classificar, distribuir e acompanhar os corpos incorporados, segundo critérios que refletiam os ideais de normalidade física e moral vigentes na época.

A análise comparativa dos boletins regimentais/internos referentes aos soldados incorporados ao 25º BC em 1938 e 1942 permite traçar um perfil social, físico e educacional dos conscritos piauienses, revelando, assim, tanto permanências estruturais quanto mudanças decorrentes da consolidação das políticas do Estado Novo. Uma amostra comparando os dados de 239 soldados incorporados em 1938 e de 243 soldados incorporados em 1942, permite

¹¹¹ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 28-31.

¹¹² Lira, 2023.

destacar que a base social do recrutamento permanecia majoritariamente composta por jovens pobres e mestiços oriundos do interior do estado, os dados de 1942, por outro lado, já refletiam os efeitos da burocratização estatal e da gradual modernização das políticas públicas voltadas ao serviço militar.

Levando em consideração o aspecto físico, percebe-se que a maioria dos conscritos apresentava estatura entre 1,56m e 1,64m, com poucos casos acima de 1,70m. O peso médio oscilava entre 48 e 56 kg, valores significativamente abaixo dos padrões ideais definidos pelo Estado-Maior do Exército, que estipulava altura mínima de 1,65m e peso superior a 60 kg como referência para o “soldado ideal”. Essa discrepância evidencia a distância entre o modelo normativo e a realidade social dos jovens incorporados, revelando as condições modestas de nutrição e saúde da população recrutada no Piauí.

Quadro 1 – Perfil do Soldado Piauiense dos anos de 1938 e 1942

Categoria	Subcategoria	1938(n)	1942(n)
Estado civil	Solteiros	219	216
	Casados	20	15
	Não consta	-	12
Ocupação	Lavradores	94	100
	Comércio/Artesãos/Estudantes	134	137
	Não Consta/Sem Profissão	12	6
Grau de instrução	Analfabetos	61	60
	Lê, Escreve e Conta	178	183
	Não Consta	-	20
Origem geográfica	Capital (Teresina)	39	107
	Interior do Piauí	200	136
Forma de ingresso	Insubmissos Sorteados	30	—
	Voluntários	114	133
	Sorteados	95	110

Fonte: Quadro formulado a partir de dados presentes no texto de qualificação do doutorado de Clarice Lira (2019).

Do ponto de vista socioeconômico, a tabela revela que a maioria dos conscritos provinha de famílias rurais ou urbanas pobres, identificadas nas fichas como lavradores, operários, carroceiros, alfaiates ou desempregados. O quartel, desta forma, se demonstrava como instituição de socialização e possível mobilidade através do reengajamento dos soldados, também atuava no controle sobre as classes subalternas, legitimando a autoridade do Estado sobre as camadas populares. Conforme observa Beattie, o Exército durante o Estado Novo foi

concebido como espaço de regeneração moral e física do homem pobre, transformando o corpo disciplinado em emblema da cidadania nacional.¹¹³

A comparação entre 1938 e 1942 destacada na tabela, revela mudanças significativas na composição da tropa no 25º BC. Observa-se um ligeiro crescimento no número absoluto de conscritos com escolarização básica (178 para 183) e uma maior visibilidade de trabalhadores urbanos e estudantes (134 para 137). Houve também um aumento expressivo de recrutas oriundos da capital Teresina (39 para 107), enquanto o contingente proveniente do interior diminuiu (200 para 136). Tais transformações refletiam a consolidação das políticas varguistas de escolarização, disciplinamento e nacionalização da juventude na sociedade piauiense.

Em 1938, a ocupação dos soldados piauienses era marcadamente rural. A maioria dos recrutas provinha de localidades pequenas, povoados e zonas rurais das regiões centrais e meridionais do estado. Desta forma, o quartel se estabelecia como o principal ponto de contato entre os jovens interioranos e as instituições do Estado, reforçando, assim, o caráter do serviço militar como mecanismo de integração territorial.

Em 1942, embora a base rural continuasse predominante na composição dos conscritos do 25º BC, ela perdeu participação relativa devido ao forte aumento da presença de recrutas oriundos da capital Teresina. Essa mudança revela não apenas a ampliação do alcance das políticas militares no estado, mas também o esforço nacional em integrar diferentes segmentos sociais ao projeto de construção de uma identidade nacional disciplinada e cívica. Vale destacar que os esforços de recrutamento no ambiente urbano, contribuíram para o aumento do número de conscritos com a capacidade de ler, escrever e contar.

Embora os registros não detalhem o grau de proficiência dos conscritos ao realizar estas atividades, a presença de indivíduos com alguma escolarização facilitava a assimilação dos conteúdos disciplinares e cívico-patrióticos ministrados nos quartéis. A presença de variadas ocupações entre os conscritos no 25º BC, sugere que o quartel se tornava espaço de encontro entre diferentes trajetórias sociais, ampliando, assim, o papel da instituição militar como força integradora. A convivência entre jovens de origens rurais e urbanas favorecia a difusão de práticas e valores comuns, reforçando o papel do Exército como agente de homogeneização cultural e disciplinar. Ao final do serviço militar, esses indivíduos retornavam à sociedade como vetores da ideologia cívico-patriótica promovida pelo Estado.

Apesar das mudanças sociais na sociedade piauiense, o peso da conscrição ainda continuava recaindo fortemente sobre a população majoritariamente pobre, oriunda das

¹¹³ Beattie, 2009.

camadas mais baixas da estrutura social. A diversificação ocupacional não eliminava a predominância da base rural e subalterna, mas apenas acrescentava novos elementos à composição do contingente. Em 1942, os boletins regimentais/internos demonstram uma participação maior de estudantes, auxiliares administrativos, datilógrafos, ajudantes comerciais e outras ocupações na composição das fileiras. Embora modesta, essa mudança indica que o recrutamento começava a refletir os efeitos da lenta urbanização do Piauí, da expansão da educação básica e da crescente visibilidade do Exército como via de inserção e mobilidade social.

Nesse contexto, o Exército passaria a ser percebido não apenas como um dever cívico, mas também como uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho formal, de acesso à educação técnica e de conquista de status social. Assim, o serviço militar começava a desempenhar um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que reproduzia desigualdades sociais ao recrutar majoritariamente os mais pobres, também se tornava uma alternativa de mobilidade para jovens em busca de melhores condições de vida.

Destaca-se, assim, o Decreto-Lei n.º 38/1937, que regulamentava as promoções no Exército e estabelecia critérios para a ascensão de oficiais e praças com base em mérito, tempo de serviço, comportamento disciplinar e aptidão técnica. Sua formulação buscava conferir maior previsibilidade e legitimidade ao processo de progressão nas fileiras. A formalização de critérios de promoção tornava mais plausível a ideia de recompensa por desempenho e especialização, ao mesmo tempo em que servia aos objetivos do Estado Novo de profissionalizar as forças armadas e difundir valores patrióticos.

Essa valorização da carreira militar articulava-se diretamente com o processo de engajamento e reengajamento, o qual ganharia importância como mecanismos de permanência voluntária nas Forças Armadas. O Decreto-Lei nº 1.187/1939 estabelecia que o engajamento inicial poderia ser concedido a praças que desejassem continuar servindo após o período obrigatório, desde que respeitando o limite de percentuais fixados pelo Ministro da Guerra. Já o reengajamento, segundo o parágrafo único, seria permitido por um ou dois anos, não podendo ultrapassar o total de dois anos de serviço militar para praças, salvo exceções regulamentares¹¹⁴. Ambos os processos estavam condicionados à avaliação da autoridade militar competente, que consideraria não apenas o desempenho individual do militar, mas também as necessidades da corporação e os limites legais de tempo de serviço.

¹¹⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939. Dispõe sobre o serviço militar. **Diário** Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 abr. 1939. p. 14-15.

Para que o reengajamento fosse autorizado, o militar deveria apresentar boa conduta disciplinar, aptidão física e mental comprovada por inspeção de saúde, e atender ao interesse da Força Armada, que avaliaria a necessidade de efetivo e a especialização do requerente¹¹⁵. No período entre 1938 e 1942 houve um crescimento do peso relativo dos voluntários, de 47,7% para 54,7% do total de incorporados. O crescimento percentual de voluntários no total de incorporados, ainda que modesto em termos absolutos, é relevante simbolicamente, pois indica maior adesão espontânea da juventude ao serviço militar e sugere eficácia das estratégias de legitimação do Estado Novo no Piauí.

Observa-se que o processo de promoções e reengajamento possibilitava a permanência dos conscritos no quartel, por meio da ascensão na carreira militar, os jovens soldados poderiam atingir a patente de cabo e, em alguns casos, de sargento, conforme os critérios estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 38/1937¹¹⁶. Nesse cenário, a legislação sobre promoções e o processo de engajamento e reengajamento funcionavam como mecanismos de atração e retenção de talentos, contribuindo para a profissionalização das Forças Armadas e para a legitimação do projeto nacionalista do Estado Novo.

Assim, a configuração do soldado piauiense entre 1938 e 1942 expressa o entrecruzamento entre as transformações institucionais do Exército, as políticas nacionais do Estado Novo e as estruturas sociais locais. O serviço militar, nesse contexto, funcionava como um dispositivo ambíguo: ao mesmo tempo em que reproduzia hierarquias e desigualdades sociais profundamente enraizadas, oferecia também alternativas limitadas, porém significativas, de mobilidade para jovens em busca de melhores condições de vida. A caserna convertia-se, assim, em espaço de disciplinamento, formação técnica e inserção social, integrando os conscritos a um projeto estatal e nacional que pretendia redefinir padrões de civismo e pertencimento nacional.

Esse duplo movimento, de controle e oportunidade, era atravessado por políticas que enfatizavam a padronização do corpo, a obediência e a nacionalização, ao mesmo tempo em que valorizavam o voluntariado e instituíam mecanismos de engajamento e reengajamento como vias de construção de carreiras militares mais estáveis. Para muitos jovens, especialmente no Piauí, o quartel representava não apenas o cumprimento de um dever cívico, mas a entrada

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº 38, de 2 de dezembro de 1937**. Dispõe sobre promoções no Exército em tempo de paz. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 3 dez. 1937.

em uma esfera institucional que oferecia alimentação regular, formação básica, letramento e, em alguns casos, possibilidades de ascensão nas fileiras.¹¹⁷

O soldado piauiense, marcado pela origem rural, pela mestiçagem e pela limitada escolarização, tornava-se objeto e agente do processo de integração nacional projetado nos quartéis. Desta forma, a experiência vivenciada pelos praças do 25º BC, foi marcada por uma dupla condição: a de vulnerabilidade social, marcada pela origem humilde e pelas limitações educacionais, e a de possibilidade de elevação simbólica, ao ser investido da autoridade e do prestígio conferidos pela farda.

3.2 A CULTURA MILITAR NO 25º BC

A cultura militar no 25º BC pode ser compreendida como um conjunto de práticas, valores e representações por meio das quais o Exército se inseria na sociedade piauiense e moldava a experiência dos conscritos durante o Estado Novo. Essa cultura militar, objetivava o desenvolvimento do “espírito militar”, e não se restringia à preparação técnica para o combate, articulava o disciplinamento, formação cívica e ritualização simbólica, fazendo do quartel um espaço privilegiado de socialização e produção de identidades.

A inserção e consequente difusão da cultura militar na sociedade piauiense, se evidenciava nas cerimônias cívico-militares, bem como nos processos de incorporação do serviço militar. O ingresso, realizado tanto por voluntariado como sorteio, não representava somente um procedimento administrativo, mas um momento inicial de transição do civil para o universo militar, no qual o indivíduo passava a ser submetido a regras, hierarquias e rotinas específicas.

Os interessados em servir ingressavam como voluntário, e ainda diante da falta de efetivo seria realizado o sorteio, esse processo permaneceu o mesmo até ser modificado com o decreto-lei nº 1.187 de 1939. Os boletins regimentais/internos, demonstram que os meses de agosto a dezembro, eram marcados pelo processo de aceitação do voluntariado e de realização do sorteio, os quais aconteciam em datas estipuladas pelo Ministério da Guerra. Indicando, assim, que esse processo seguia um calendário regular e reforçando a padronização e a previsibilidade como elementos centrais da cultura institucional.

A incorporação dos sorteados, considerados aptos, normalmente se realizava no mês de abril do ano seguinte, o processo dos voluntários em contraste, se caracterizava por um processo

¹¹⁷ Aguiar Júnior, 2023.

mais agilizado, apesar de aparecerem em grupos distribuídos entre um mês ou meses, a incorporação era realizada após os exames médicos no quartel. Os insubmissos eram presos e julgados seguindo as normas estipuladas no decreto-lei nº 1.187 de 1939, em alguns casos eram incorporados após os exames médicos, esse processo ficava a cargo das necessidades da corporação e do oficial responsável pela justiça.

A análise dos boletins revela que os conscritos, tanto sorteados quanto voluntários, permaneciam arranchados ao quartel durante todo o processo de alistamento¹¹⁸. A figura do conscrito “arranchado”, durante o período de instrução no quartel, reforça o caráter totalizante da instituição: alimentação, rotina, vigilância e instrução convergiam para a produção de um tipo físico e moral específico de soldado. Segundo Huntington, esse processo refletia elementos da estrutura profissional da força militar, na qual o controle dos recursos internos, alimentação, alojamento, instrução, constitui parte do processo de socialização do soldado¹¹⁹. O Exército, poderia, desta forma, praticar os valores e condutas dentro de um ambiente controlado e supervisionado, o arranchamento contribuiu para reforçar a coesão e a uniformidade exigidas pela instrução militar.

O ensino e a prática da cultura militar dentro dos quartéis ficava a cargo tanto de atividades realizadas no cotidiano quanto das escolas regimentais, que tinham como objetivo instruir e moldar os soldados conscritos. No RISG, se destacava toda a organização e o funcionamento das atividades de instrução e das escolas regimentais, as quais internas aos quartéis e voltadas à instrução básica e patriótica dos praças recém-incorporados. No 25º BC, a escola regimental funcionava como parte da estrutura do quartel, localizada no pavilhão administrativo. Essas escolas representavam um dos pilares da formação militar, articulando alfabetização, educação cívica e disciplina militar.

A maior parte dos conscritos piauiense possuía uma escolaridade limitada, e o quartel assumia, assim, um papel central na formação intelectual mínima necessária à compreensão de ordens, regulamentos e manuais. O RISG estabelecia que a instrução intelectual era parte integrante da formação do militar, devendo ser ministrada por pessoal qualificado, especificamente oficiais designados na ausência desta a função recaía sobre os sargentos¹²⁰. O

¹¹⁸ A guarnição do batalhão se dividia em dois grupos: arranchados, soldados autorizados a utilizar o rancho da unidade; e desarranchados, aqueles que, por diferentes circunstâncias, não tinham acesso à alimentação no interior do quartel. A distribuição entre essas categorias variava diariamente, refletindo entradas, saídas, licenças, punições e mudanças no estado sanitário dos soldados. No entanto, a quantidade de arranchados apresentava relativa estabilidade, oscilando entre 120 e 200 homens, número significativo para uma unidade cujo efetivo total raramente ultrapassava 450 militares.

¹¹⁹ Huntington, 2016.

¹²⁰ O RISG estipulava uma lógica de delegação hierárquica: o militar mais graduado presente assumia a função, respeitando a ordem de precedência. Assim, tarefas como a condução da instrução, a fiscalização da disciplina, o

conteúdo administrado não se limitava ao ensino básico, se incluía noções de história nacional, símbolos pátrios, organização do Exército e deveres do cidadão, o que reforçava um senso de identidade nacional e da cultura militar.

Na seção “Outras Ordens” do boletim regimental/interno de 1939, é reportado a realização de exames da Escola Regimental e de alfabetização das subunidades. O documento apresenta a ata de exame dividindo os soldados em três grupos: turma A, B e C. A primeira turma descrita apresenta um total de 21 homens, localizados no grupamento C, e sendo formada pelos soldados mais adiantados na instrução, em seguida tem-se ambas as turmas B e A, com 18 e 15 soldados respectivamente, não apresentam descrição adicional. A análise das notas presente no documento demonstra que do total de 54 examinados das três turmas, 11 foram reprovados, também registra uma observação importante: aos soldados aprovados caberia a responsabilidade de continuar aprendendo e servir de guia aos demais camaradas que desejassem acompanhá-los nessa jornada.¹²¹

O cotidiano do 25º BC, seguia as premissas estipuladas no RISG, começando com a formatura, momento de revista e transmissão das ordens, seguido por um período de instrução de exercícios físicos, marchas, treinamentos de tiro e ordem unida, práticas cotidianas que não apenas fortaleciam o corpo, mas também moldavam o espírito de obediência e coesão. O ambiente educacional e de instrução do quartel, também cumpria um papel disciplinador, eram regidos por normas rígidas de comportamento, pontualidade, apresentação pessoal e respeito à hierarquia.

O RISG e o RDE previam sanções para faltas, atrasos e indisciplina, integrando, assim, a rotina escolar e cotidiana ao sistema de controle moral e físico do quartel. A escola regimental, desta forma, preparava o soldado para o início da instrução militar o capacitando para compreender ordens, manuais e procedimentos militares. Apesar de raros, nos boletins regimentais/internos do 25º BC, se encontra o registro de repreensões e castigos direcionados a soldados que se atrasavam ou não compareciam para as aulas.

O disciplinamento no 25º BC no recorte (1937-1942), operava sobre uma lógica punitiva e coercitiva, seguindo as diretrizes estipuladas no RDE, o regulamento descrevia que as transgressões poderiam ocorrer “por ação ou por omissão”, estabelecendo, assim um espectro

acompanhamento das escolas regimentais e até a aplicação de punições menores podiam ser realizadas por sargentos ou cabos designados. Apesar de no início de estabelecimento do 25 BC, os sargentos ocupavam papel central na instrução e realização de atividades dentro do quartel, no recorte 1937-1942, os boletins demonstram uma presença maior de oficiais na realização das funções destinadas a este quadro da hierarquia, no entanto, em caso de férias essas funções eram novamente exercidas por praças.

¹²¹ Boletim interno, nº 176, 1-8-39. p. 579.

de punições que, não violentas, mas simbólicas, graduais, repetitivas. Essa lógica se fomenta no que Foucault chama de punição disciplinar, que não procura destruir o corpo, mas corrigi-lo, ajustando-o incessantemente a uma norma. Levando em consideração o recorte da pesquisa, a análise da seção em que os boletins regimentais/internos destinavam aos relatos da disciplina¹²². Evidencia-se que algumas transgressões cometidas fora dos quartéis, quando não especificadas no regulamento, deveriam ser punidas seguindo o processo e a lei nacional, sempre levando em consideração a gravidade do caso e as circunstâncias em que ocorriam.

Na seção de “Justiça e Disciplina”, os atos de punição mais recorrentes, nos boletins, referiam-se a crimes leves, geralmente relacionadas à etiqueta militar, à apresentação pessoal ou ao cumprimento de normas cotidianas, e os médios, infrações que indicam negligência, imprudência ou conduta inadequada, mas sem o mesmo grau de periculosidade das graves. Os praças, especialmente os recrutas, são os que aparecem com mais frequência, cometendo atos de embriaguez, aumento de tom de voz dentro do quartel, não prestar atenção a ordens fornecidas por superior, que realizam serviços desleixados, entre outros, aos oficiais, acrescenta-se a produção de relatórios com erros de português ou fora da norma estipulada, descumprimento de ordens ou desleixo em sua realização.

Desta forma, o 25º BC operava seguindo a lógica de disciplinamento do corpo, o quartel funcionava como um espaço disciplinar fechado, dotado de regras minuciosas, horários rígidos e distribuição espacial controlada. As punições variavam do aprisionamento por alguns dias, repreensão, rebaixamento, e em casos de repetição ou crimes mais graves, que representavam violações sérias aos princípios da disciplina militar, comprometendo diretamente a ordem, a hierarquia, a segurança ou o prestígio da instituição, poderia resultar em expulsão.

Acrescentando a rotina disciplinar e das práticas de instrução, a cultura militar do 25º BC se consolidava também por meio das festividades, rituais e cerimônias cívico-militares, que desempenhavam um papel central na construção simbólica da unidade e na sua inserção no espaço urbano de Teresina, especialmente durante o Estado Novo. Esses eventos, recorrentes nos boletins regimentais/internos, revelam que o batalhão não era apenas um espaço de disciplinamento, mas também um polo de sociabilidade, identidade e representação pública.

¹²² O Regulamento Interno de Serviço Geral (RISG) previa a divisão dos boletins em quatro partes, incluindo a seção de “Justiça e Disciplina”, que assegura a divulgação transparente das ordens e decisões, bem como o registro das responsabilidades e condutas tomadas diante do ocorrido. Se observa que na documentação a seção aparecia titulada em casos leves, como “Castigo Disciplinar”, enquanto em situações graves era intitulada “Disciplina e Justiça” ou apenas “Justiça”. Essa seção garantia simultaneamente a manutenção da disciplina, ao registrar e difundir normas e responsabilidades, e a aplicação da justiça, ao tornar públicas as apreciações da autoridade competente. Dessa forma, fortalecia-se a ordem e a legitimidade no âmbito do corpo militar.

Além do Aniversário do Batalhão, celebrado anualmente no dia 2 de janeiro, havia um calendário de efemérides que reforçava a memória histórica e os valores nacionais. Entre elas destacavam-se o Dia de Tiradentes, a Batalha de Tuiuti, a Batalha do Riachuelo, o aniversário de Caxias, consagrado como Dia do Soldado, a Independência do Brasil e a Proclamação da República. Cada uma dessas datas era marcada por solenidades, hasteamento da bandeira, desfiles e em alguns casos discursos que buscavam reafirmar a ligação entre o Exército e a história da nação.

Também havia cerimônias próprias da vida militar, ligadas ao cumprimento do serviço obrigatório. Entre elas, destacava-se o compromisso dos recrutas, realizado após o primeiro período de instrução, quando os jovens soldados assumiam formalmente seus deveres perante a instituição. Outro momento de grande significado era o juramento à bandeira, feito ao final do serviço militar. Com as festas cívico-militares adotadas por Leônidas Melo, as cerimônias passaram a não se limitar somente a presença dos praças do batalhão: também envolvia alunos de estabelecimentos de ensino secundário e atiradores dos Tiros de Guerra, que, ao concluir sua instrução, recebiam a carteira de reservista¹²³. Dessa forma, o Exército ampliava sua presença simbólica na sociedade, estendendo seus rituais para além dos muros dos quartéis.

A descrição dos discursos proferidos em cerimônias, quando realizados, se encontram registrados nos boletins¹²⁴. O conteúdo desses pronunciamentos variava conforme a data comemorada, mas seguia uma linha comum: a exaltação da Pátria, a valorização dos símbolos nacionais e a lembrança dos feitos históricos que moldaram a identidade militar brasileira. Além das efemérides históricas, os discursos nas cerimônias de compromisso dos recrutas e no juramento à bandeira tinham caráter pedagógico e moralizador. Nessas ocasiões, destacava-se a importância do dever militar, da obediência às normas e da dedicação integral à Pátria. O juramento à bandeira, em especial, era tratado como um rito de passagem, em que os jovens soldados e reservistas assumiam publicamente sua condição de defensores da nação.

O discurso oficial, propagava a caserna como ambiente de formação moral e patriótica, onde jovens brasileiros, oriundos de diferentes regiões e classes sociais, seriam moldados segundo uma cultura militar, marcada por valores da ordem, da hierarquia e do civismo. Nesse sentido “Educar civicamente o soldado era um dos grandes objetivos do quartel nesse período, sobretudo ao homenagear brasileiros que teriam prestado serviço à Pátria em algum momento

¹²³ Aguiar Junior, 2014.

¹²⁴ Ressaltasse que parte significativa do acervo encontra-se em estado avançado de deterioração, resultado de armazenamento inadequado e da ausência de políticas institucionais voltadas à preservação de longo prazo, consequentemente nem todos os discursos podem ser acessados ou estão em estado de compreensão.

da história”¹²⁵. No entanto, apesar da estrutura física da unidade recente e imponente, os boletins regimentais/internos dos anos de 1937 a 1942, revelam uma realidade permeada por dificuldades, falta de recursos materiais, rigidez disciplinar, conflitos internos entre os conscritos, compondo, assim um ambiente marcado por tensões e limitações.

O boletim regimental/interno de 1939, por exemplo, revela um panorama bastante ilustrativo da realidade vivida no 25º BC no período de instrução de 1938/1939, o comandante João Melo, ao elaborar sua análise, destacou inicialmente o contentamento com os resultados obtidos na manobra realizada em julho daquele ano, mas não deixou de registrar as dificuldades enfrentadas. Aquele militar reportando-se ao desenvolvimento das atividades, afirma que elas foram prejudicadas pela falta de recursos, como o respeito ao direito de uso da propriedade onde se desenvolveu a instrução, a inexistência de cartas topográficas, a deficiência de pessoal, animais e material, além de recursos econômicos.¹²⁶

Apesar das circunstâncias mencionadas, o comandante enfatiza que em todas as ocasiões se evidenciou o zelo, o interesse, a boa vontade e a prontidão dos militares envolvidos, associando o resultado ao ânimo e disciplina cultivados no ambiente da caserna. Destaca ainda, que houve progresso na instrução de educação física, na ordem da unidade e na instrução geral, demonstrando que o esforço coletivo compensava, em parte, as deficiências materiais.¹²⁷

O processo de formação e instrução fornecida aos praças tinha como objetivo o estabelecimento de reservistas, para isto era necessário a realização de uma rotação no efetivo, evidencia-se no boletim regimental/interno de agosto de 1939, um telegrama ministerial, onde se destacava o método de estabelecimento de excedente nas guarnições, após o primeiro período de instrução. O informativo descrevia que entre os soldados admitidos para preencher o efetivo das unidades, seria realizado uma equação, onde 20% do total de soldados e cabos contabilizados deveriam ser designados para a reserva se não fossem promovidos ou designados para ocupar vagas de especialistas. Esse método objetivava manter uma rotatividade estável de soldados nas unidades e possibilitava o reengajamento de indivíduos condizentes com a conduta da instituição.¹²⁸

Outro componente da formação das reservas eram os Tiros de Guerra (TG), idealizados como unidades de instrução militar, espalhadas pelo interior do país e anexas às escolas civis,

¹²⁵ AGUIAR JUNIOR, José de Arimatéa Freitas. **Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945)**. 2014. 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. p. 124.

¹²⁶ Boletim interno, nº 176, 1-8-39. p. 578.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Boletim interno, nº 179, 4-8-39. p. 588.

permitiriam que jovens recebessem formação básica em ordem unida, tiro e disciplina militar, após seis meses de instrução, seus participantes eram convertidos em reservistas de 2ª classe. O decreto-lei nº 1187/1939, estabelecia no art. 126 que à instrução, aparelhamento e disciplina, dos TG ficariam subordinados aos Comandantes das Regiões Militares. Em 1937, no Piauí, havia o funcionamento de três: o TG nº 147 em Parnaíba, o TG nº 206 no Liceu Piauiense e o TG do Colégio São Francisco de Sales em Teresina¹²⁹. Esse cenário evidencia que a guarnição do 25º BC, também atuava fora do quartel, nos boletins tem-se atas de designação de instrutores e equipamentos para os TGs.

O processo de incorporação dos recrutas, os cuidados médicos diários, os momentos próximos a realização de exercícios no terreno, da prática de tiro, tanto no quartel como nos TGs, aparecem constantemente nos boletins, revelando a rotina de organização e a atuação dos soldados do almoxarifado em tentar suprir a falta de recursos materiais. O trânsito de equipamentos era intenso, com materiais sendo descarregados ou enviados para outras unidades. Além disso, o comandante do 25º BC poderia ser surpreendido a qualquer momento por uma inspeção da 8ª Região Militar, destinada a averiguar a qualidade das instalações, da disciplina e da higiene da unidade.

Esse conjunto de registros mostra que, embora o quartel fosse propagado como espaço ideal de formação cívica e patriótica, sua realidade cotidiana envolvia desafios concretos e limitações estruturais. Ainda assim, a disciplina e o esforço coletivo mantinham viva a missão de formar soldados e reservistas, consolidando o papel do Exército como guardião da ordem e da unidade nacional no contexto do Estado Novo.

A análise do cotidiano, das práticas disciplinares, das instruções regimentais e das festividades cívico-militares do 25º BC evidencia que a cultura militar construída no interior da unidade no final da década de 1930 não se limitava à aplicação de regulamentos ou ao treinamento técnico dos conscritos. O batalhão funcionava como um espaço totalizante, articulando vigilância, moralização e disciplina ao produzir um tipo específico de soldado, física, intelectual e simbolicamente moldado segundo os padrões estabelecidos pelo Ministério da Guerra e reforçados pelo Estado Novo.

O arranchamento, as rotinas de instrução, as punições graduais previstas no RDE e a atuação da escola regimental revelam a centralidade do controle cotidiano do corpo e da conduta, enquanto as cerimônias, efemérides e rituais patrióticos ampliavam a dimensão simbólica da caserna, projetando-a tanto como espaço de formação moral quanto como agente

¹²⁹ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. p. 34.

ativo na vida pública de Teresina. Assim, o 25º BC aparecia simultaneamente como instituição disciplinadora, como centro de sociabilidade militar e como polo de difusão de valores nacionais.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa monográfica sobre “A formação dos praças do exército brasileiro no Piauí entre os anos de 1937 e 1942”, período inserido no contexto histórico do Estado Novo. Revela que a cultura militar do 25º BC, estava inserido no projeto nacional de modernização institucional do Exército Brasileiro, sobre a visão e orientação do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro e o General Eurico Gaspar Dutra. Período marcado por diversas reformas estruturais, novos regulamentos, reorganização do ensino militar, expansão das unidades e fortalecimento da cadeia de comando, demonstrando que o Exército pretendia alinhar-se aos modelos europeus de profissionalização e construir uma força capaz de atender às demandas do Estado centralizado de Getúlio Vargas.

Nesse movimento mais amplo, a instrução militar que se desenvolvia no 25º BC possuía duas funções principais: formar soldados tecnicamente aptos ao cumprimento das atividades profissionais, fortalecendo o efetivo e garantindo reservas mobilizáveis; e atuar como instrumento de difusão do civismo, funcionando como verdadeira escola patriótica voltada à formação moral da juventude submetida ao serviço militar obrigatório. Assim, o cotidiano de instrução no batalhão combinava aspectos técnicos, físicos e disciplinares com a incorporação de valores cívicos amplamente promovidos pela instituição.

Esse processo pode ser compreendido à luz das reflexões de Samuel P. Huntington (2016), que identifica três elementos essenciais à instituição militar: responsabilidade profissional, perícia técnica e espírito de corpo. No caso brasileiro, esses princípios foram adaptados ao projeto nacionalista do regime varguista. A responsabilidade profissional, além da defesa da sociedade, incluía funções de ensino e patriotismo; a perícia técnica era promovida por meio da instrução física e moral; e o espírito de corpo era cultivado através de cerimônias, rituais e símbolos nacionais. Diferentemente do modelo de profissionalização autônoma descrito por Huntington, no Brasil havia forte politização da instituição militar, que se tornava agente direto de unificação cultural e de controle social.

Ao observar a realidade do 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina, percebeu-se que o discurso de modernização nem sempre se materializava plenamente na prática cotidiana. A documentação analisada evidenciou que, embora o quartel buscasse seguir as diretrizes de modernização emanadas do alto comando, havia limites claros no cotidiano da unidade. Problemas de infraestrutura, carência de materiais, dificuldades de recrutamento e desafios na execução contínua da instrução demonstram que o processo não se desenvolvia de forma homogênea em todo o país. No 25º BC, como possivelmente, em outras unidades periféricas, a

modernização e precariedade conviviam lado a lado, criando tensões entre o modelo idealizado pela cúpula militar e as possibilidades concretas de implementação.

As reflexões de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997), ajudaram a compreender como o 25º BC se inseriu na construção de uma cultura militar própria ao Estado Novo. Para os autores, “tradições inventadas” são práticas ritualizadas criadas deliberadamente para produzir coesão, transmitir valores e naturalizar hierarquias. No batalhão, esse processo se manifestava em cerimônias comemorativas, no culto a heróis militares como Caxias, no hasteamento cotidiano da bandeira acompanhado do Hino Nacional, no uso da banda de música em praças públicas, nos desfiles e paradas militares integrados ao calendário cívico, nas atividades esportivas e nas instruções de civismo ministradas nas escolas regimentais. Essas práticas não eram simples repetições de costumes antigos, mas instrumentos de construção identitária que conferiam solidez histórica ao papel do Exército, mesmo em um estado periférico como o Piauí. Ao mesmo tempo, funcionavam como mecanismos de distinção social, separando militares e civis e naturalizando relações de poder.

Do ponto de vista historiográfico, o estudo contribuiu para o avanço do campo da História Militar, ao deslocar o foco tradicionalmente centrado nos oficiais para a experiência dos praças, sujeitos que sustentavam cotidianamente a vida nos quartéis, mas que foram historicamente invisibilizados. Essa abordagem abre espaço para investigações comparativas entre diferentes unidades e regiões, permitindo avaliar se as tensões entre discurso oficial e prática cotidiana eram fenômeno generalizado ou se assumiam características próprias em estados periféricos como o Piauí.

Assim, a formação dos praças piauienses entre 1937 e 1942 deve ser compreendida simultaneamente como parte do movimento nacional de modernização e disciplinamento social promovido pelo Estado Novo e como um processo híbrido, marcado por adaptações, tensões e limitações materiais, condicionados a questões organizacionais específicas à unidade militar pesquisada. Ao iluminar esse espaço de contradições, a pesquisa contribui para compreender a complexa relação entre Estado, sociedade e Forças Armadas, demonstrando como o projeto nacionalista varguista se materializou de forma desigual e ajustada às condições locais. A análise do 25º BC evidencia que o quartel não era apenas espaço de instrução técnica, mas também de formação moral, social e simbólica, constituindo um microcosmo do projeto político do Estado Novo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JUNIOR, José de Arimatéa Freitas. **Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945)**. 2014. 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

ARAUJO, Johny Santana de. **A criação e implantação do 25º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro em Teresina: civismo, sociabilidades e memória (1917–1934)**. Vozes, Pretérito & Devir, Teresina, ano VI, v. X, n. I, p. 79–91, 2019. ISSN 2317-1979.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)**. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. **Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do Exército (1930–1945)**. ADN – Academia de Defesa Nacional, 2º quadrimestre de 2005.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908**. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 jan. 1908

BRASIL. **Decreto nº 23.977, de 8 de março de 1934**. Dispõe sobre a Lei de Organização Geral do Exército. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 8 mar. 1934.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 38, de 2 de dezembro de 1937**. Dispõe sobre promoções no Exército em tempo de paz. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 2 dez. 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 413, de 6 de maio de 1938**. Dispõe sobre a organização do Exército. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 12 maio 1938.

BRASIL. **Decreto nº 2.429, de 4 de março de 1938**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1938.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938**. Regula o ensino militar no Exército. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 19 maio 1938.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939**. Dispõe sobre o serviço militar. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 abr. 1939.

BRASIL. **Decreto nº 19.040, de 19 de dezembro de 1929**. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa do Exército (RISG). Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 1930.

BRASIL. **Decreto nº 3.932, de 12 de abril de 1939.** Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais do Exército (RISG). Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 1939.

BRASIL. **Decreto nº 6.031, de 26 de julho de 1940.** Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais do Exército (RISG). Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1916.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1917.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1934.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1935.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1937.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1938.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1939.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

BRASIL. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra – Ano de 1940.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. In: **Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: _____. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13–33.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Anniversario do Batalhão. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 2, p. 1-2, jan. 1937.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Anniversario do Batalhão. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 2, p. 1-2, jan. 1938.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Anniversario do Batalhão. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 2, p. 1-2, jan. 1942.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 176, p. 576-577, ago. 1939.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Alterações de Sargentos. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 19, p. 63, jan. 1937.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Assuntos Administrativos. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 179, p. 588, ago. 1939.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 78, p. 322, abr. 1938.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 84, p. 292, abr. 1937.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Castigo Disciplinar. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 137, p. 516, jun. 1938.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Castigo Disciplinar. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 138, jun. 1937.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 140, p. 523-526, jun. 1938.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Alterações de Cabos e Soldados. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 206, p. 760, set. 1940.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 178, p. 644-645, ago. 1940.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Boletim Interno. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 233, p. 870-873, out. 1940.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Alterações de Cabos e Soldados. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 257, p. 1129, nov. 1941.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 263, p. 1161, nov. 1941.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 268, p. 1105, nov. 1942.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Outras Ordens. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 203, p. 881-882, set. 1941.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Boletim Interno. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 198, p. 871-876, nov. 1942.

COMANDO DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES. Boletim Interno. **Quartel em Teresina**, [s. l.], n. 265, p. 1078-1079, nov. 1942.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Brasil Republicano, v. 2).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUERRA, João Paulo Diniz. **100 anos da missão militar francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira**. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**: o “Varguismo” e a Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1986.

LIRA, Clarice Helena Santiago. **"O exército moderno é a nação armada"**: o serviço militar obrigatório no Piauí e a fabricação de cidadãos soldados entre os anos de 1908 e 1928. 2023. 274 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2023.

LIRA, Clarice Helena Santiago. **O Exército e a Nação**: o serviço militar obrigatório no Piauí e a formação de cidadãos pátrios entre os anos de 1908 e 1942. Qualificação (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Orientador: Prof. Dr. Adriano Comissoli.

LIRA, Clarice Helena Santiago; QUEIROZ, Pedro Moraes Amaral de Queiroz. Os boletins regimentais e internos do 25º Batalhão de Caçadores (1918-1942): acervo digital e possibilidades de pesquisa. In: Monteiro, Francisco Gleison da Costa; Silva, Márcio Douglas de C. e Olivindo, Sérgio P. de (orgs.). **História, sujeitos e narrativas no Piauí Monárquico e Republicano**. 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2025. [e-book. PDF].p. 204-223.

MAGALHÃES, João Baptista. **A evolução militar do Brasil**: anotações para a história. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

McCANN, Frank D. **Influência estrangeira no Exército Brasileiro**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 83–111, jan./fev. 1985.

McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889–1937. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELO, Antonio Mauren Vaz Verçosa de. **Compartilhando ideias e tecendo o poder**: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930–1945). 2021. 423 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

MONTEIRO, Vitor José da Rocha. **Do “exército de sombras” ao “soldado-cidadão”**: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Fiocruz, Programa de Pós-Graduação, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

QUEIROZ, Pedro Moraes Amaral de. LIRA, Clarice Helena Santiago. **Organização das fontes documentais levantadas no acervo do 25º Batalhão de Caçadores durante pesquisa sobre o serviço militar no Piauí entre os anos de 1930 e 1942**. Projeto de Pesquisa [História]-Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UESPI Voluntário), 2023-2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.